



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE
GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS**

**PLANO DE USO PÚBLICO
PARQUE ESTADUAL DO CANTÃO**

**PALMAS – TO
SETEMBRO / 2004**

CONSAM - Consultoria e Meio Ambiente Ltda.



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

**GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE**

**PLANO DE USO PÚBLICO
PARQUE ESTADUAL DO CANTÃO**

EQUIPE TÉCNICA

José Aloísio da Silva - Geógrafo – Coordenador

Alan Francisco de Carvalho – Sociólogo, Especialista em Gestão em Turismo

Luiz Hildebrando Ferreira Paz – Arquiteto

Lourdes Rezende de Souza – Estagiária

Marivone José Felipe Mendonça – Geógrafa

José Délio Alves Pereira - Biólogo

PALMAS – T0

SETEMBRO / 2004



ÍNDICE

1 APRESENTAÇÃO.....	1
1.1 O PLANO DE USO PÚBLICO	1
2 INTRODUÇÃO	2
2.1 CONSIDERAÇÕES	2
3 DIAGNÓSTICO	Erro! Indicador não definido.
3.1 INTRODUÇÃO	4
3.2 A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO PARQUE ESTADUAL DO CANTÃO.....	5
3.2.1 Aspectos Naturais, Culturais e Históricos	6
3.2.2 Localização e Distâncias.....	7
3.2.3 Acessos.....	8
3.2.4 Ficha Técnica da Unidade de Conservação - PEC.....	8
3.3 ATIVIDADES DE USO PÚBLICO PREVISTAS NOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO	9
3.3.1 Atividades de Uso Público Previstas e Implementadas	9
3.3.1.1 Atividades Previstas, Implementadas e em Operação.....	9
3.3.1.2 Atividades Previstas, Implementadas e Fora de Operação	9
3.3.2 Atividades de Uso Público Previstas e Não Implementadas.....	9
3.3.2.1 Atividades de Recreação	9
3.3.2.2 Atividades de Ecoturismo.....	9
3.3.2.3 Atividades de Interpretação Ambiental	10
3.4 ATIVIDADES NÃO-PREVISTAS E IMPLEMENTADAS	10
3.5 CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES	10
3.6 PROGRAMAS DE TURISMO.....	11
3.7 ALTERNATIVAS DE USO DAS ATIVIDADES	11
4 NOVAS POTENCIALIDADES E NOVAS PROPOSTAS RESULTANTES	14
4.1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	14
4.2 AS NOVAS POTENCIALIDADES PARA USO PÚBLICO	14
4.3 AS NOVAS PROPOSTAS PARA USO PÚBLICO	14
5 PROPOSTA FINAL PARA USO PÚBLICO.....	29
5.1 ATIVIDADES, INDICAÇÃO DE USO, CATEGORIA E INFRAESTRUTURA	29
6 ELABORAÇÃO DE PROJETOS ESPECÍFICOS	31
6.1 ORIGEM DOS PROJETOS.....	31
6.2 RECREAÇÃO - ECOTURISMO	31
6.2.1 Planejamento de Trilhas Terrestres e Aquáticas:	31



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

6.2.2	Ordenamento da Faixa Ribeirinha e do Turismo de Praia de Caseara ...	31
6.2.3	Ordenamento e Normatização da Faixa Ribeirinha e Desenvolvimento de Empreendimentos Ecoturísticos nas Fazendas do Rio do Côco. Área de Conservação da APA – Ilha do Bananal/Cantão e Ordenamento da Faixa Ribeirinha do Javaés e Estabelecimento de uma Base para Ecoturismo. Área da Canguçu.....	31
6.2.4	Desenvolvimento de Atividades de Turismo de Aventura.....	31
6.3	INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL.....	32
6.3.1	Estratégias de Planejamento	32
6.3.2	Implementação do Programa	32
6.3.2.1	Programa da Trilha Guiada	32
6.3.2.2	Trilhas Auto-Guiadas	33
6.3.2.3	Centro de Visitantes	33
6.4	REGULAMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO ECOTURÍSTICA	33
6.5	MARKETING DOS PRODUTOS TURÍSTICOS –	34
6.6	PREPARAÇÃO DOS ATORES (GUIAS, HOTÉIS, ETC.).....	35
6.6.1	Funções e Responsabilidades do Condutor:	35
7	CENTRO DE VISITANTES (CV), CENTRO DE VIVÊNCIAS (CVI), CENTRO DE INFORMAÇÃO (CI) E SIMILARES	36
7.1	O CENTRO DE VISITANTES.....	36
7.2	OBJETIVOS	36
7.3	SERVIÇOS OFERECIDOS	36
7.4	IMPLANTAÇÃO	36
7.5	MOTIVOS PARA IMPLANTAR.....	36
7.6	MONTAGEM DO CENTRO DE VISITANTES	37
7.6.1	Material para Interpretação	37
7.7	ELEMENTOS BÁSICOS	37
7.8	ARQUITETURA DO CENTRO DE VISITANTES NO CONTEXTO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	37
7.9	ADMINISTRAÇÃO DO CENTRO DE VISITANTES	38
7.10	PONTO COMERCIAL	38
7.11	ESTRUTURAS A SEREM CONSTRUÍDAS:.....	38
7.11.1	Centro de Recepção Sul	38
7.11.2	Módulos de Ecoturismo.....	38
7.11.3	Anfiteatro ao Ar Livre.....	38



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

8	ESTIMATIVA PRELIMINAR DE CUSTOS PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE GESTÃO.....	39
9	CRONOGRAMA FÍSICO/CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO	40
10	MODELO DE INTERVENÇÃO	40
11	BIBLIOGRAFIA	42
12	ANEXOS	43



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

TABELAS

Tabela 3. 1 - Características da População na Área de Influência Direta do PEC – Estado do Tocantins	4
Tabela 3. 2 - Ficha técnica do PEC	8
Tabela 3. 3 - Classificação das Atividades de Uso Público	10
Tabela 3. 4 - Infraestrutura de hospedagem, saúde e alimentação	11
Tabela 5. 1 - Atividades de Uso Público	29
Tabela 5. 2 - Infraestrutura Necessária *	30
Tabela 8. 1 - Estimativa Preliminar de Custos.....	39

FIGURAS

Figura 3. 1 - Localização	9
Figura 4. 1 – Zoneamento	16
Figura 4. 2– Situação Fundiária.....	16
Figura 10. 1- Mapa de Localização das Áreas de Desenvolvimento.....	40
Figura 10. 2 – Trilha do Cicica (Garças).....	40
Figura 10. 3 – Trilha do Lago da Mata.....	40
Figura 10. 4 – Trilha do Lago do Maru	40
Figura 10. 5 – Trilha Fluvial do Cicica	40
Figura 10. 6 – Trilha dos Pesquisadores	40
Figura 10. 7a – Trilhas do Murici Centro de Recepção – Trilha do Lago Ferrugem.....	40
Figura 10. 7b – Trilhas do Murici	40
Figura 10. 8 – Trilha do Lago do Boto	40
Figura 10. 9 – Trilha do Lago do Panela.....	40
Figura 10. 10 – Trilha do Lago Rico	40
Figura 10. 11 – Centro de Recepção e Administração (CRV).....	40
Figura 10. 12 – Torre de Observação.....	40
Figura 10. 13 – Centro de Recepção e Museu Interpretativo.....	40
Figura 10. 14 – Cabanas de Apoio ao Ecoturismo	40
Figura 10. 15 – Placas interpretativas	41
Figura 10. 16 – Placas Interpretativas e Lixeiras.....	41



SIGLAS

PUP - Plano de Uso Público

PEC - Parque Estadual do Cantão

UC - Unidade de Conservação

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

SEPLAN – Secretaria Estadual de Planejamento e Meio Ambiente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

BID – Banco Interamericano do Meio Ambiente

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

SUDAM/OEA - Programa de Desenvolvimento do Turismo na Região Amazônica

APA - Área de Proteção Ambiental

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

NATURATINS - Instituto Natureza do Tocantins,

CRV – Centro de Recepção ao Visitante

UFT - Universidade Federal do Tocantins

LBA - Programa Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera da Amazônia

AOV - Área Oficial de Visitas

CIT - Instalação de Centros de Informações Turísticas

RPPNs – Reserva Particular do Patrimônio Nacional

ONGs – Organização Não Governamental

CMT – Conselho Municipal de Turismo



APRESENTAÇÃO

1.1 O PLANO DE USO PÚBLICO

O Plano de Uso Público - PUP, do Parque Estadual do Cantão – PEC, complementa o Plano de Manejo desta Unidade de Conservação – UC. Representa o esforço compartilhado do Governo do Estado do Tocantins, através da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, com o Governo Federal, através do Ministério do Meio Ambiente, com o objetivo de viabilizar a proteção e conservação de ecossistemas naturais significativos, assim como o seu manejo mais adequado.

O presente PUP foi desenvolvido com vistas a atender às diretrizes e recomendações do Plano de Manejo do PEC. Seu objetivo é possibilitar, de maneira sustentável, a visita ao parque proporcionando ao visitante a oportunidade de interagir com o meio ambiente natural, através da implementação de atividades de recreação, ecoturismo e interpretação ambiental.



INTRODUÇÃO

1.2 CONSIDERAÇÕES

O Parque Estadual do Cantão - PEC, criado pela Lei n. 996 de 1998, foi concebido como uma Unidade de Conservação – UC, de Proteção Integral. A Lei nº 9.985 de julho de 2000 institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e estabelece critérios e normas para criação, implantação e gestão dessas unidades. Em seu Art. 2º, § 1º, estabelece-se que, uma UC consiste em

“espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.”

O Art. 11 determina que o objetivo básico das UCs de Proteção Integral, modalidade Parque Nacional e/ou Estadual,

“é a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico”.

Indica-se, portanto, no espírito da lei, a possibilidade da visitação pública nas UCs com os objetivos explicitados, desde que, segundo o § 2º, sujeita “às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.”

É com o objetivo de atender os preceitos estabelecidos pelo imperativo da Lei que se desenvolve este Plano de Uso Público – PUP, previsto no Plano de Manejo do PEC.

Por se tratar de uma questão recente no Brasil, ainda não é vasta a literatura sobre o uso público de áreas naturais protegidas, como as UCs. Mas, seguramente, duas questões se colocam como relevantes: por um lado, a possibilidade de se usufruir de ambientes naturais protegidos de forma lúdica (recreação e turismo) e sustentável, com vistas ao desenvolvimento de uma consciência e ética ambiental, o que se alcança através de procedimentos educativos; e, por outro lado, o monitoramento dos impactos causados pela visitação nesses ambientes, que por sua vez, pode ser alcançado através de regulamentação e normatização, portanto, o disciplinamento.

O Plano de Manejo do PEC contempla essas duas linhas de preocupação ao estabelecer que o objetivo do uso público é “introduzir o visitante aos elementos principais do ambiente natural do Parque de forma sustentável”, através de atividades de recreação, ecoturismo e interpretação ambiental, tendo como principais diretrizes:

- ✓ Educar os visitantes sobre os recursos naturais e culturais do Parque e seu entorno.
- ✓ Fomentar a revalorização da cultura local e dos valores e técnicas tradicionais.
- ✓ Causar mínimo impacto e restaurar o ambiente natural.
- ✓ Mostrar técnicas inovadoras e práticas para minimizar os impactos do homem sobre o meio ambiente.
- ✓ Facilitar a recuperação espiritual e emocional do visitante e uma conexão pessoal com as capacidades restauradoras da natureza.
- ✓ Prover oportunidades para recreação e lazer.
- ✓ Fomentar no visitante a valorização do conhecimento sobre o meio ambiente como ferramenta de muito valor para atuar de maneira ambientalmente responsável.



- ✓ Servir como motor para o desenvolvimento sócio-econômico sustentável do entorno do Parque.

A *Recreação*, para Souza e Correa (2000, p. 124), é a “forma de utilização do lazer por um período de tempo reduzido, usando instalações urbanas ou suburbanas ao ar livre ou em espaços cobertos”. Trata-se de uma tipo de atividade de lazer que ocorre no tempo livre das pessoas e se associa à diversão e ao entretenimento.

Segundo Vieira (2002, p. 07) a recreação “é o tipo de uso público mais óbvio presente em uma unidade de conservação e envolve o maior número de visitantes diretos, causando impactos e representando um grande desafio de manejo”.

Neste sentido, um aspecto fundamental a se considerar refere-se à possibilidade de associação da recreação, como atividade, a princípios relativos à educação, de modo a se desenvolver no visitante uma consciência e uma ética ambiental de maneira lúdica. É com este sentido que este PUP concebe a atividade de recreação para o PEC.

A definição oficial de *Ecoturismo*, formulada nas Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, é a que o considera como “um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar da população envolvida.”

O ecoturismo, conhecido também como turismo ecológico, deve ser entendido exatamente como uma modalidade de turismo que se fundamenta no traslado ao destino a ser visitado com permanência acima de 24 horas. O ecoturismo tem como principais virtudes a preservação dos recursos naturais florísticos, faunísticos e as paisagens cênicas locais, além da promoção da utilização racional do patrimônio natural.

A Interpretação Ambiental é uma atividade que possibilita a contemplação do meio ambiente natural, ao mesmo tempo que pode ser práticas recreativas e educativas. As bases da filosofia da interpretação, incluem, dentre outros, os seguintes princípios:

- ✓ É uma forma de comunicação que vai além da informação, tratando dos significados, inter-relações e questionamentos;
- ✓ É uma arte que combina muitas artes (científicas, históricas, arquitetônicas) para explicar os temas utilizando todos os sentidos para construir conceitos e provocar reações no indivíduo;
- ✓ Seu objetivo fundamental não é a construção mas a provocação; deve despertar curiosidade, ressaltando o que parece insignificante;
- ✓ Deve tratar do todo em conjunto e não de partes isoladas; os temas devem estar interrelacionados
- ✓ É uma tradução da linguagem da natureza para a linguagem comum dos visitantes, fazendo com que os ecoturistas sejam informados em vez de distraídos e, educados, além de divertidos.

Portanto, o objetivo deste PUP é estabelecer parâmetros adequados de visitação no PEC, onde poderão se desenvolver atividades de recreação, ecoturismo e interpretação ambiental. A visitação gera impactos que, por sua natureza, podem ser tanto positivos quanto negativos. Em última instância, o objetivo maior deste PUP é a mitigação dos impactos adversos e otimização dos favoráveis.



DIAGNÓSTICO

1.3 INTRODUÇÃO

O objetivo deste diagnóstico é apresentar a situação atual do PEC e do seu entorno imediato. Para tanto, tomou-se como fonte de referência o Plano de Manejo do parque, onde são descritas as principais características da região em que se insere. Nele, define-se como área de influência do PEC os municípios de Caseara, Marianópolis e Pium.

Tabela 3. 1 - Características da População na Área de Influência Direta do PEC – Estado do Tocantins

Característica	Caseara	Marianópolis	Pium
Área da Municipalidade (km. ²)	1.699	2.047	10.562
População (1998)	3.660	2.745	6.733
População Urbana (1996)	68%	67%	52%
Índice de Pobreza, escala 01 - 100 (1996)	52	59	42
Taxa de analfabetismo (1995)	33%	29%	29%
Casos de malária (1998 Caseara; 1996, Marianópolis, Pium.	289	12	11

Fontes: IBGE. Censo Demográfico 2000.
SEPLAM – TO.

Observa-se pelo quadro acima que a população total da área de influência do PEC era de 13.138 pessoas, segundo o Censo Demográfico do IBGE referente ao ano 2000. Aproximadamente metade deste contingente reside na cidade de Pium. Caseara, o município mais próximo, abrigava 3.660 pessoas.

Pode-se afirmar que, em termos gerais, a população da área de influência, circundante ao PEC, não é muito densa, com uma média de 0,87 habitantes por km², é pobre e carente de infra-estrutura e serviços básicos. O município de Pium apresenta uma tendência de êxodo populacional, enquanto que Caseara e Marianópolis do Tocantins experimentam crescimento de suas populações. Os indícios de pobreza na área são altos, mesmo em comparação com o índice médio do Estado do Tocantins, que é 42, e estima-se que a taxa de desemprego chegue a mais ou menos 30%.

Na região, como de resto ocorre em todo o estado do Tocantins, segundo os dados do Censo Agropecuário de 1985, a estrutura fundiária se caracteriza pela predominância de propriedades relativamente grandes de 100 a 1.000 ha. (60% da área) e de 1.000 a 10.000 ha (36% da área). A situação de hoje parece similar, salvo que vem aumentando o número de assentamentos rurais, 06 em Caseara com 216 famílias, 01 em Marianópolis com 250 famílias, e 03 em Pium com 84 famílias (ROSENDO MARTINS, 2000; Ecológica, 1999). Em Caseara há 37 famílias que ocupam áreas do PEC para atividades de agricultura de subsistência durante a época das chuvas.

A atividade econômica típica dos municípios da área de influência do PEC é a agropecuária, com destaque para a produção de gado bovino e aves, e cultivo de arroz, mandioca, abacaxi, milho, banana, borracha, e cana-de-açúcar. Seguem o comércio e a pesca de subsistência e comercial.

Se para a economia regional o peso da pesca é extremamente reduzido, assume, no entanto relevante significação para as populações locais, tanto na composição da renda familiar, quanto na dieta diária dos moradores ribeirinhos.



Considera-se ainda no Plano de Manejo que, na área de influência indireta do PEC, a atividade com potencial para o maior impacto sobre as águas do Parque são os projetos altamente tecnificados de agricultura irrigada, como o Projeto Rio Formoso, que atinge uma área de 61.000 hectares no tributário do rio Javaés, com uma área plantada de 20.500 hectares. A infra-estrutura da área conta com três barragens com capacidade para 150 milhões de m³ de água que cobrem um total de 10.360 ha. Os defensivos agrícolas (fungicidas, inseticidas e herbicidas) são um insumo importante para a produção, representando 59% do custo de produção.

Outro projeto de envergadura que poderá gerar impactos sobre o PEC é o Projeto Hidrovia, ainda em fase de proposta. Este projeto tem como objetivo acondicionar o leito do rio Araguaia para permitir o transporte comercial fluvial. Na parte média e superior do Araguaia a proposta é a dragagem do leito do rio em forma regular para manter uma profundidade mínima de 1,5 metros e uma largura de 35 metros. Os impactos maiores no rio serão o aumento no nível de sedimentos e incremento no trânsito de barcos.

No lado do estado do Pará, o distrito de Barreira dos Campos, município de Santana do Araguaia, possui uma população de baixa renda e suas atividades principais são a pesca e a agricultura. A população é de aproximadamente 3.000 moradores. Há dois anos foram assentados cerca de 20% dos pescadores através do INCRA, no Projeto Cantão. Estes produtores rurais plantam arroz, feijão, milho, mandioca, inhame e fava. Possui 3 escolas, sendo 02 na zona urbana com um corpo docente de 11 funcionários. Quanto à saúde, a população é atendida por uma freira e enfermeira que chegou no local em 1982. Possui um consultório onde também faz internações e atende 17.000 consultas por ano. A maior incidência de doenças é a malária e em época de grandes enchentes, fica praticamente todo inundado. Os moradores buscam refúgio em Nova Barreira, cidade de Santana do Araguaia e Caseara. A violência é um problema social sério nesse povoado.

A população indígena no Parque Nacional do Araguaia, no limite sul do Cantão, está dividida em dois grupos indígenas: os índios Karajá, na Vila de Lago Grande (20 habitantes) a 40 km a sul do PEC pelo rio Araguaia, e os índios Javaé, na Vila de Boto Velho (111 habitantes) a 80 km ao sul do PEC pelo rio Javaés. Constituem povoados de pescadores ribeirinhos e suas principais atividades de subsistência são a pesca para consumo e comércio, a caça e coleta de produtos naturais em terrenos marginais e nos campos, a agricultura e o artesanato.

Essa dependência do rio para subsistência torna-os especialmente vulneráveis à degradação da bacia dos rios Araguaia e Javaés, que se agravou nos últimos anos. As condições de vida destes grupos são precárias, demonstradas no perfil de saúde desses povos que reflete as péssimas condições de saneamento e moradia em que vivem. A metade da população encontra-se infectada com tuberculose e a taxa de mortalidade infantil é o dobro da média nacional brasileira (BID, 1998). Estima-se também um número significativo de ocupantes na área do Parque. Em 1985, estimou-se que cerca de 418 pessoas moravam na área. Desde 1995 o IBAMA tem feito várias investidas para a retirada da população humana e do gado da Ilha, embora ainda permanecessem 400 cabeças de gado dentro do Parque em uma fazenda (SARACURA, 2000).

1.4 A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO PARQUE ESTADUAL DO CANTÃO

O reconhecimento da área do Cantão como de potencial ecoturístico data de 1995 quando foram estabelecidas as linhas básicas para o Programa de Desenvolvimento do Turismo na Região Amazônica (SUDAM/OEA), que resultou na criação do Complexo Turístico do Araguaia através do Decreto nº 132 de 29/8/95.



No complexo inseriu-se o Pólo Ecoturístico do Cantão, o qual tem como núcleo a área que hoje é o Parque Estadual do Cantão. No ano 1996 decidiu-se por criar o sistema de áreas protegidas estaduais como áreas de compensação para assistência internacional para as obras de infra-estrutura e, no ano 1997, identificaram-se a Serra do Lajeado, Jalapão e Cantão como as áreas de maior potencial.

Também no ano de 1997 foi criada pela Lei n.º 907 de 20/5/97, a Área de Proteção Ambiental (APA) Ilha do Bananal-Cantão com 1.700.000 ha, abrangendo os municípios de Caseara, Pium, Abreulândia, Marianópolis, Divinópolis, Araguacema e Dois Irmãos do Tocantins, no entorno do PEC, no Estado do Tocantins. Atualmente encontra-se em processo de redefinição a área da APA em função de adequações com os proprietários rurais locais.

Finalmente, no ano 1998 se criou o Parque Estadual do Cantão através da Lei Estadual n.º 996 de 14/7/98. Este ato expressa a preocupação hoje fortemente presente no Estado do Tocantins de proteção e conservação dos ecossistemas naturais das áreas protegidas, ao mesmo tempo em que procura definir um manejo adequado que possibilite o atendimento sustentável à crescente demanda pela prática da recreação e do ecoturismo.

1.4.1 Aspectos Naturais, Culturais e Históricos

O Parque Estadual do Cantão, o primeiro parque estadual do Tocantins, é uma das áreas protegidas mais importantes da Amazônia brasileira, muito acima do esperado para um parque dessa extensão. A significância do Parque baseia-se fundamentalmente em quatro pontos principais: sua riqueza biológica (em diversidade e em populações altas de algumas espécies em vias de extinção), seu bom estado de preservação, sua função como recurso crítico para a alimentação e reprodução de populações de peixe do médio Araguaia e pela facilidade de acesso.

A riqueza biológica deve-se ao fato de que o Cantão, formado como um delta interior do rio Javaés com mais de 800 lagos e canais, é um ecótono complexo com elementos da Floresta Amazônica, do Cerrado, do Pantanal e da Mata Atlântica.

São as enchentes anuais que garantem a abundância e a diversidade das espécies. A riqueza biológica é relativamente bem preservada com somente 8% de sua área degradada pela ação do homem. São especialmente chamativas as populações altas de espécies em alto risco de extinção como a onça-pintada, a ariranha e o pirarucu. Devido ao grande número de lagos e canais, o Cantão funciona como área de reprodução e criação dos peixes do médio Araguaia, representando, portanto, uma importância crítica para a economia regional.

Os Índios Karajá foram os primeiros habitantes da área de influência direta do PEC. Os núcleos populacionais dos índios da região no Estado do Tocantins formaram-se a partir da exploração de cristal nas décadas de 30 e 40, motivadas pelos elevados preços nos mercados internacionais. Com o fim do ciclo da exploração dos cristais, muitos garimpeiros permaneceram na região dedicando-se à agricultura e pecuária.

Segundo as narrativas históricas sobre o município de Caseara, em 1942 mudou-se para o local um senhor por nome de Casé que era vendedor ambulante. Montou um pequeno comércio, vendendo e trocando mercadorias com barqueiros e fazendeiros das regiões vizinhas. O pessoal que comprava as mercadorias de Casé dizia: "Vamos lá no Casé comprar mercadorias". Então a aldeia ficou conhecida por Casé. Com o passar dos anos,



surgiram projetos de abertura de estrada para o transporte de mercadorias para as grandes fazendas do sul do Pará e Mato Grosso. Com a abertura destas estradas foram se instalando mais pessoas, aumentando o número de moradores. Os primeiros transportes de passageiros foram duas Kombi que faziam o trajeto de Paraíso a Caseara (ROSENDO MARTINS, 2000).

Do ponto de vista dos aspectos socioculturais, as festas predominantes nos povoados da área de influência do PEC estão vinculadas ao calendário religioso. O padroeiro de Caseara é o Bom Jesus da Lapa, festejado de 28 de julho a 06 de agosto. A igreja desenvolve atividades festivas com várias comidas típicas da região como pipoca e quentão, e brincadeiras como a pescaria. Todas as noites fazem festas dançantes, após os terços que são rezados todas as noites. No final do festejo a renda apurada é destinada à igreja, para manutenção e reformas. Caseara também comemora dia de São João, em 24 de junho. As quadrilhas são programadas pelas escolas, que fazem concorrência entre elas. Nas quadrilhas também existem as barraquinhas que vendem pipoca, quentão, maçã do amor, pescaria, cadeia do amor, tiro ao alvo, etc. Toda a renda arrecadada também é destinada às escolas (ROSENDO MARTINS, 2000).

O povoado de Barreira dos Campos tem 40 anos de existência e formou-se em decorrência do surgimento das grandes fazendas financiadas pelo projeto SUDAM, com a abertura de novas estradas. Barreira dos Campos tem como padroeiro o Sagrado Coração de Jesus, festejado em agosto, mas por razões do veraneio foi antecipado para o mês de junho, em que festejam nove dias de novenas com orações, danças típicas da região, leilões, candidatas à rainha do festejo e o bailão à noite depois destes eventos. Também são comemorados o Dia de Santo Reis - 06 de janeiro, com folias noturnas, e o Divino Espírito Santo, festejado sempre no 1º domingo de julho. Os foliões são todos do Cantão (Pará); eles saem do Cantão, vêm para Barreira dos Campos, passam por Caseara e retornam ao Cantão onde se finda esta folia com festa dançante, comida típicas; recebem convidados de vários lugares. Outros santos festejados São Sebastião em 20 de janeiro e São João em 24 de junho (ROSENDO MARTINS, 2000).

1.4.2 Localização e Distâncias

O PEC localiza-se na região Norte do país, na zona de transição entre os grandes ecossistemas brasileiros: a Floresta Amazônica, o Cerrado, o Semi-árido e o Pantanal. Situa-se no estado do Tocantins, em área do seu extremo oeste, a aproximadamente 260 km de Palmas. Protegido pela APA da Ilha do Bananal/Cantão, ao sul do Parque está a grande planície aluvial que constitui a Ilha do Bananal, cuja parte norte corresponde ao Parque Nacional do Araguaia, formando assim um conjunto de unidades de conservação com mais de 700.000 ha.

Destaca-se, dentre outras vantagens em termos de infra-estrutura, o fato de o PEC se encontrar próximo a dois núcleos urbanos, Caseara no Tocantins e Barreira dos Campos no Pará, possibilitando o uso de produtos e serviços tipicamente urbanos, nas atividades de apoio ao manejo.

A rodovia asfaltada TO-080 chega à ponta norte do PEC, ligando os povoados de Caseara, na margem leste do Araguaia (Estado do Tocantins) e Barreira dos Campos (Estado do Pará), na margem oeste do Araguaia, travessia realizada com balsa. Essa via apresenta uso regular tanto para transportes comerciais quanto para o turismo regional e nacional.

A área de influência direta do PEC conta com duas pistas de pouso de terra, uma próxima a Caseara e outra na parte central do Cantão, em frente ao rio Araguaia.



1.4.3 Acessos

O acesso ao PEC é relativamente fácil tanto por via aérea, como terrestre e fluvial, aspecto que favorece a sua utilização para uso público através de atividades de recreação e ecoturismo.

Por via aérea a cidade de Palmas é a referência, pois dispõe de vôos diretos ou via conexões para as capitais brasileiras. Por rodovias pavimentadas está ligada a Goiânia (800 km), Brasília (850 km), Belém (1.271 km), São Luís (1.386 km) e Cuiabá (1.784 km).

Partindo de Palmas, o portal de entrada ao Parque é a cidade de Caseara. Por via aérea chega-se em 40 minutos até a pista de pouso não pavimentada de Caseara. O trajeto por via terrestre faz-se em 3 horas pela rodovia TO-080 (262 km entre Caseara a Palmas). De Caseara o Parque Estadual do Cantão é facilmente acessível por via fluvial ou terrestre.

Por via fluvial pode-se acessar a área desde o povoado de Barreira dos Campos, que fica na outra margem do rio Araguaia, em frente ao Cantão, já no estado do Pará. Além desses trajetos existem outros alternativos, porém menos diretos.

1.4.4 Ficha Técnica da Unidade de Conservação - PEC

Tabela 3. 2 - Ficha técnica do PEC

Nome da Unidade de Conservação: Parque Estadual do Cantão – PEC. Unidade Gestora Responsável: Instituto Natureza do Tocantins, NATURATINS.
Endereço da sede: TO-080, km 260, Caseara - TO Telefone: 63-379-1184; 63-218-26 00 (Palmas) E-mail: naturato@terra.com.br
Superfície: 90,017 hectares Comprimento: 72 km. Largura Média: 12 km. Municípios que confrontam com o PEC: Caseara, Marianópolis e Pium. Estados que Abrange: Tocantins Coordenadas geográficas: 9° a 10° S, 50°10' W Data de criação e Decreto: Lei N° 996, de 14 de julho de 1998, com alteração de limites pela Lei 1.319 de 14 de abril de 2002. Marcos importantes (limites): Norte - Confluência rio Araguaia e rio do Côco; Oeste - rio Araguaia; Sul - rio Javaés; Leste - rio do Côco. Bioma: Ecótono triplo de floresta amazônica, Cerrado e pantanal. Ecossistemas: Ilhas do Araguaia, varjão, águas interiores, floresta sazonalmente alagada, floresta estacional semidecidual e áreas degradadas.
Atividades desenvolvidas: Educação ambiental: Programa do Instituto Ecológica com as escolas do entorno do PEC como parte do Projeto Sequestro de Carbono. Consultoria em Educação Ambiental para capacitação de agentes multiplicadores/convênio SEPLAN/BID Uso Público: Não há atividades de uso público implantadas. Fiscalização: Controle de pesca, caça e coleta de ovos de quelônios pelo NATURATINS. Pesquisa: Estudos de base (flora e fauna terrestre; geologia, hidrologia e solos e recursos bióticos aquáticos), projeto sequestro de carbono (I. E.); pesquisas com jacaré-açu, tartaruga da Amazônia e tracajá (UFT); Progr. Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera da Amazônia (LBA); Programa de Monitoramento de longo prazo da população de Onça Pintada. Atividades conflitantes: Caça e pesca predatória, coleta de ovos, desmatamento, fogos, agricultura intensiva de irrigação na bacia à montante, recreação de praia desordenada.



Figura 3. 1 - Localização

1.5 ATIVIDADES DE USO PÚBLICO PREVISTAS NOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

Como definido na introdução deste PUP as atividades de visitação previstas pelo Plano de Manejo do PEC são aquelas relativas à recreação, ecoturismo e interpretação ambiental. Estas atividades encontram-se organizadas em programas específicos e, cabe destacar, ainda não foram implementadas.

1.5.1 Atividades de Uso Público Previstas e Implementadas

Não há atividades de uso público previstas e implementadas no PEC.

1.5.1.1 Atividades Previstas, Implementadas e em Operação

Não há atividades de uso público previstas implementada e em operação no PEC.

1.5.1.2 Atividades Previstas, Implementadas e Fora de Operação

Não há atividades de uso público previstas implementadas e fora de operação no PEC.

1.5.2 Atividades de Uso Público Previstas e Não Implementadas

Como definido na introdução deste PUP as atividades de visitação previstas pelo Plano de Manejo do PEC são aquelas relativas à recreação, ecoturismo e interpretação ambiental.

1.5.2.1 Atividades de Recreação

- Desfrute das praias e paisagens do Parque de forma segura e natural sem distrações de origem antrópica;
- Pique-nique em ambiente de floresta. Caminhadas nas trilhas dos lagos em frente ao CRV* e AOV**;
- Atividades de interpretação;
- Pesca tipo "pesque-e-solte" nos lagos ao norte do Furo da Barreirinha e na região do Lago Rico.

1.5.2.2 Atividades de Ecoturismo

- Áreas de acampamento e de aluguel de alta qualidade em harmonia com o ambiente no prédio do CRV do Parque;
- Desfrute da Pousada e o entorno da AOV (incluindo a pesca na modalidade "pesque-e-solte"). A Pousada será reformada para incorporar tecnologias apropriadas para o ambiente do Parque, (energia, tratamento de esgotos, deposição de lixo, etc.), assim como com vistas a oferecer suporte à atividade de pesquisa;
- Atividades de contemplação da natureza, lazer, observação da fauna, fotografia e/ou pesca (tipo pesque-e-solte) em meio natural com lago próprio (conceito de "alugue um lago");

* Centro de Recepção ao Visitante

** Área Oficial de Visitas



- Viagens de descobrimento, contemplação, fotografia, observação de aves e/ou pesca nos rios na periferia do PEC em flutuantes do tamanho suficiente para a pernoite de grupos de até 8 hóspedes e 2 tripulantes de serviço;
- Canoagem, individual ou em grupos, de 1 a 5 dias, (a partir da entrada ocidental do Furo do Cicica em direção ao rio do Côco ou CRV do Parque), base de apoio à canoagem para o período de cheia em pontos estratégicos; sinalização não obstrusiva, mas adequada para a orientação de canoistas não experientes;
- Caminhada (na seca) ou canoagem (na cheia) nas trilhas previstas no plano;
- Pesca do tipo "pescue-e-solte" nos lagos ao norte do Furo da Barrerinha, e na área entre os rios Javaés e Javaezinho (com licença especial e acompanhado por guia autorizado do Parque);
- Torres de observação.

1.5.2.3 Atividades de Interpretação Ambiental

- Recepção dos visitantes com uma orientação geral e informações específicas sobre o Parque e seu entorno;
- Tour guiado de grupos (concessionário) do circuito ecoturístico do Furo do Cicica (subir o rio do Côco com motor e descer pelo Furo do Cicica com motor elétrico), incluindo visita a chácara do Sr. Manoel Gato;
- Tour guiado (concessionário) das ilhas, lagos e florestas da ponta norte do PEC (em barco durante a cheia; em barco e a pé, nas trilhas, na seca);
- Caminhada guiada nos ambientes ribeirinhos do rio do Côco, CRV;
- Caminhada interpretada na mata à saída do Centro de Visitantes;
- Palestras interpretativas em anfiteatro ao ar livre para turistas no CRV;
- Demonstrações sobre a construção dos implementos mais importantes da região (rancho, canoa, remo, redes de pesca, etc.), CRV.

As atividades definidas no Plano de Manejo do PEC deverão ser implementadas exatamente com este PUP. Neste sentido, este trabalho vem preencher a lacuna existente quanto a normatização do uso público do PEC.

1.6 ATIVIDADES NÃO-PREVISTAS E IMPLEMENTADAS

No sul do PEC ocorrem atividades de pesquisas científicas, tais como: o projeto sequestro de carbono realizado pelo Instituto Ecológico; pesquisas com jacaré-açu, tartaruga da Amazônia e tracajá, realizadas pela Universidade Federal do Tocantins - UFT; e, o Programa Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera da Amazônia (LBA).

1.7 CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES

As atividades que se apresentam foram previstas no Plano de Manejo do PEC, mas não foram implementadas.

Tabela 3.3 - Classificação das Atividades de Uso Público

Atividade	Local	Práticas
Ecoturismo	Praias do rio Araguaia	Acampamento, lazer e pesca.
Ecoturismo	Praias do rio do Côco	Acampamento, lazer e pesca.
Interpretação	Furo do Cicica	Tour guiado de grupos.
Interpretação	Ilhas, lagos e florestas da ponta norte do PEC	Tour guiado em barco durante a cheia; em barco e a pé na seca.



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

Interpretação	Ambientes ribeirinhos do rio do Côco, CRV	Caminhada guiada.
Interpretação	Centro de Visitantes	Caminhada interpretada na mata na saída do Centro de Visitantes.
Interpretação	AOV	Caminhada interpretada.
Interpretação	CRV	Palestras interpretativas em anfiteatro ao ar livre.
Interpretação	Chácara de "Seu" Manoel Gato	Demonstrações sobre a vida de um ribeirinho.
Interpretação	CRV	Demonstrações sobre a construção dos implementos mais importantes da região (rancho, canoa, remo, redes de pesca, etc).
Interpretação	Praia do Sul, CRV	Trilha guiada.
Interpretação	AOV	Trilha autoguiada com folheto interpretativo, AOV.
Interpretação	CRV	Trilha autoguiada, saída do Centro de Visitantes.
Interpretação	Consultoria Externa	Elaboração do Guia Turístico do Cantão.
Educação Ambiental	CRV	Curso ambiental básico para todo o pessoal do PEC, com cursos de especialização de acordo com as funções especificadas de cada empregado.
Educação Ambiental	CRV	Treinamento de professores das escolas da área de influência direta e saídas de campo no PEC.
Educação Ambiental	CRV	Palestras em escolas e com outros grupos organizados.
Educação Ambiental	AOV	Visitas de protocolo.
Educação Ambiental	CRV	Educação ambiental para grupos organizados. Centro de recepção e administração do PEC.
Educação Ambiental	CRV	Trilha guiada de descobrimento de floresta.
Educação Ambiental	CRV	Cursos básicos e avançados de educação ambiental

1.8 PROGRAMAS DE TURISMO

Não se desenvolveram programas de turismo que envolva a área do PEC uma vez que o PUP encontra-se em fase de elaboração.

1.9 ALTERNATIVAS DE USO DAS ATIVIDADES

A. Serviços de hospedagem, alimentação e saúde nos núcleos populacionais próximos.

A infraestrutura nos núcleos populacionais próximos ao PEC ainda é relativamente deficitária, especialmente no que concerne aos serviços de alimentação e hospedagens. Entretanto, nos últimos anos, já se nota um esforço e uma preocupação dos comerciantes locais em melhorar seus estabelecimentos para atender os turistas.

Tabela 3. 4 - Infraestrutura de hospedagem, saúde e alimentação

Núcleo	Hospital	Laboratório	Posto Saúde	Hotel	Restaurante
Caseara	01	-	-	02	02
Pium	01	01	01	03	02
Marianópolis	-	-	01	01	-

Fonte:SEPLAN,TO. 2000.



B. Pontos de maior concentração de visitantes dentro e nas proximidades da UC

Como já assinalado, no interior do PEC ainda não se desenvolvem atividades de uso público. No entanto, no seu entorno, especialmente o município de Caseara, se desenvolvem atividades turísticas durante o período de seca, as quais podem ser articuladas à visita ao Parque. Neste período, Caseara recebe um número significativo de pessoas em busca do desfrute de praia e banho de rio. É amplamente possível combinar as potencialidades de uso das praias de Caseara com a visita ao PEC. Seguramente este período será o de maior pressão sobre o PEC uma vez que elevam-se as possibilidades de aumento do número de visitantes. Considera-se essencial que se desenvolva um programa especial para esta época do ano, dado às maiores possibilidades de ocorrências de impactos ambientais desfavoráveis.

C. Pontos de atração importantes no entorno da UC e seus motivos

Os dois maiores potenciais turísticos no entorno do PEC referem-se à pesca e ao desfrute de praia e banho de rio no período de seca, como ocorre no município de Caseara.

D. Sistema de sinalização dentro e no entorno da UC.

No interior do PEC ainda não há um sistema de sinalização implantado, agora previsto por este PUP. No entorno imediato, em Caseara, o sistema de sinalização é o de trânsito, não havendo, portanto, sinalização turística.

E. Áreas de uso comum, serviços e infra-estrutura para os visitantes como sanitários, áreas de descanso, lanchonetes, estacionamentos, acampamento, etc., dentro e fora da UC e o nível de custo dos serviços prestados.

A infraestrutura prevista consta das novas propostas de uso público no item relativo aos equipamentos facilitadores e de apoio. No município de Caseara pode-se encontrar os serviços básicos de alimentação e hospedagem, como pode ser observado no item A.

F. Meios de divulgação das atividades de uso público da UC

Não existem meios de divulgação oficial dado que o uso público é exatamente o objeto deste plano. É a partir dele que se definirá as formas e os meios de comunicação do uso público do PEC.

G. Envolvimento dos funcionários da UC e das comunidades locais nos serviços de uso público da UC.

Este PUP trata, no item relativo às novas propostas de uso público, das possibilidades de inserção das comunidades locais no uso público do PEC.

H. Aspectos culturais do local utilizados no uso público da UC.

Para as novas propostas de uso público os aspectos culturais mais relevantes que serão utilizados são a culinária e o artesanato.

I. Comercialização de produtos dentro e no entorno da UC, especialmente aquelas que utilizam a sua imagem.

Não há comercialização de produtos no interior do PUP. A comercialização de produtos, especialmente aqueles que utilizam sua imagem é objeto de deliberação do Conselho Gestor do PEC.

J. Dados coletados de forma sistemática ou não, dos visitantes da UC e de seu grau de satisfação.



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

Não há dados coletados uma vez que ainda não foi implementado o uso público do PEC.

K. Envolvimento da população local nas atividades de uso público da UC.

Este envolvimento é objeto de análise no item referente às novas propostas de uso público e a inserção da comunidade local.



NOVAS POTENCIALIDADES E NOVAS PROPOSTAS RESULTANTES

1.10 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A primeira etapa do planejamento do Parque constou-se da execução de um estudo ecológico completo (Avaliação Ecológica Rápida), que revelou surpreendentes resultados: a excepcional biodiversidade do Parque, incluindo espécies raras e endêmicas, e a produção de peixes em seus lagos e igapós é tamanha que cunhou para o Cantão o termo “berçário do Araguaia”.

O estudo do potencial ecoturístico do Parque Estadual do Cantão incluiu avaliações em campo, uma análise da logística operacional da região e uma pesquisa de mercado. O parque apresentou fortes vantagens competitivas para diversos segmentos do ecoturismo, em especial a pesca esportiva, a observação de aves, a canoagem e o turismo científico.

1.11 AS NOVAS POTENCIALIDADES PARA USO PÚBLICO

As novas potencialidades de uso público do PEC resultam das reuniões realizadas com a comunidade, especialmente do município de Caseara e de visitas técnicas realizadas por especialistas e consultores contratados pela Secretaria de Planejamento do governo do Estado do Tocantins.

De um modo geral, todo o PEC oferece grandes probabilidades de se observar a vida silvestre e de se desenvolver diferentes atividades recreativas de ordem ecoturística e interpretativa. Dentro do PEC podem ser realizadas viagens de barco a motor e canoa, caminhadas em trilhas e, dado aos períodos de seca e de enchentes, as atividades no PEC devem ser igualmente versáteis, utilizando-se de áreas que estejam disponíveis de acordo com a estação. Por exemplo, trilhas no bosque no período de seca e através de canoa, no período de cheia.

1.12 AS NOVAS PROPOSTAS PARA USO PÚBLICO

A. Identificação dos locais onde cada atividade será desenvolvida

i. Trilhas Terrestres e Aquáticas

- Lagoa da Mata* (figura 10.3)
- Lago Rico* (figura 10.10)
- Furo da Barreirinha** (figura 10.6)
- Lago do Boto* (figura 10.8)
- Lago Naru (figura 10.4)
- Lago do Panela (figura 10.9)
- Cicica (figuras 10.2 e 10.3)

Nota * Prioritária

** Pesquisadores

Observação: Trilhas de 1,5m de largura.

ii. Centro de Recepção de Visitantes – (figuras 10.7a, e 10.11)

- Piquenique*
- Trilha*
- Trilha**
- Trilha***
- Viveiro

Nota: * Casa da Farinha

** Varjão do Murici

*** Lago Ferrugem



iii. Torre de Observação

- Lago do Boto - 40 metros de altura (**figura 10.8**)
- Centro de Recepção de Visitantes (**figura 10.7a e 10.7b**)

iv. Torre de Fiscalização (figuras 10.4 e 10.7b)

- Lago Naru - 12 metros de altura
- Trilhas do Murici – 12 metros de altura

v. Lago Rico (figura 10.10)

- Cabana do Sr. Levi*
- Sanitários Químicos
- Refeitório (estrutura telada)
- Área de descanso** (estrutura telada)

Nota: * Contratação do sr. Levi como guia local.

** Essa área é para visitantes que quiserem o local durante o dia para descanso, uma soneca, etc.

vi. Pesca Esportiva (figuras 10.5 e 10.10)

- Lago da Anta*
- Lago Rico
- Lago de Dentro*

Nota: * Com canoa de pesca.

vii. Turismo de Aventura (figuras 10.8 e 10.3)

- Arvorismo*
- Canoagem**

Nota: * Projetos específicos para abertura e montagem de trilhas, passarelas, redes, tirolesas através de cordas de aço.

** Somente com canoas canadense e caiaques,

viii. Desfrute de Praia e Banho de Rio (figura 10.2)

- Praias do rio do Côco*

Nota: * Somente no período de seca.

ix. Passeios de Barco (figura 10.2)

- Rio do Côco

x. Observação da fauna (figura 10.2)

- Rio Cicica

xi. Base de Fiscalização

- Cicica Oeste /Furo do Perdido
- Javaés
- Furo do Pinto - Rio Côco

xii. Projeto Quelônios

- Canuto
- Javaés

B. Zona onde as atividades estão localizadas (figura de zonemaneto, em anexo)

Como já foi assinalado, o Plano de Manejo é o documento de referência para elaboração deste PUP do PEC. Neste sentido, as atividades de uso público propostas serão



desenvolvidas em basicamente três zonas, quais sejam: zona de uso extensivo, zona de uso intensivo e zona de uso especial. (figura 4.1)

C. Situação fundiária

As áreas onde serão desenvolvidas as atividades de uso público pertencem ao PEC, portanto, são do Estado do Tocantins. No entanto, quando as atividades integrarem outras áreas, privadas ou municipais, sugere-se a instalação de instrumentos (acordos, convênios, contrapartidas, etc.) para que haja harmonia entre as partes e as atividades se realizem. (figura 4.2)

Figura 4. 1 – Zoneamento

Figura 4. 2– Situação Fundiária

D. Comportamento dos visitantes

Os objetivos propostos por este PUP só ocorrerão satisfatoriamente com um programa de monitoramento da visitação. Dado à inexistência, na atualidade, de atividades de uso público no PEC, propõe-se que no primeiro ano se desenvolva pesquisas com o objetivo de se conhecer os hábitos, anseios, desejos, dentre outros sentimentos que influenciam o comportamento do turista dentro da UC. Neste sentido, algumas experiências existentes em outras UCs possibilitarão um aprofundamento da questão.

E. Indicação do perfil do visitante em cada atividade

Em praticamente todas as atividades propostas o turista pretendido é aquele que deseja interagir e conhecer o ambiente natural e cultural do PEC. É importante destacar que a “filosofia” que permeia todas as atividades é a da educação ambiental, ou seja, ao final, o êxito de todas as atividades, recreação, ecoturismo e interpretação, estará vinculado ao desenvolvimento de elementos, constituintes de uma consciência e ética ambientais, tais como o respeito ao patrimônio natural, conservação, preservação e sustentabilidade ambiental.

F. Equipamento facilitador e de apoio

Os equipamentos necessários para o desenvolvimento das atividades propostas são:

- Trilha interligando a praia ao sul do CRV (temporária na temporada seca);
- Embarcadouro no CRV para viagens em barco às praias (existente);
- Pista de pouso para aviões pequenos no CRV e a AOV (existentes);
- Embarcadouro principal do CRV (em frente ao Centro de Visitantes) para viagens fluviais até a AOV no rio Araguaia, os módulos turísticos no rio do Côco e viagens de acesso às áreas de Canoagem (existente);
- Instalações para apoio à canoagem na entrada ao Furo do Cicica (concessionários).
- Cabanas de apoio dos roteiros e pesca esportiva e canoagem;



- Flutuante experimental, para apoio à fiscalização e a pesquisa tipo amazônico, com beliches para 08 visitantes e 02 tripulantes, cozinha, banheiro e refeitório;
- Plataformas elevadas para levantar acampamentos durante excursões de canoagem na cheia;
- Centro de Visitantes do CRV com mostrador de informações, maquete do Parque, sala de exibições, auditório, sala de vendas, sala de primeiros socorros e banheiros;
- Anfiteatro ao ar livre com instalações para apresentações;
- Base de Fiscalização-Cícica Oeste /Furo do Perdido;
- Área Oficial dos Visitantes;
- Base de Fiscalização rio Côco- Furo do Pinto;
- Base de Fiscalização – Javaés;
- Projeto Quelônios – Canutos- Implantar infra-estrutura de apoio: bancos, lixeiras, passarelas, pontes, pinguelas, guarda-corpo, corrimão, escadas e outros equipamentos, se necessário. Implantar infra-estrutura de apoio: banheiros , caixa d'água, observando os projetos Básicos em anexo;
- Projeto Quelônios – Javaés- Implantar infra-estrutura de apoio: bancos, lixeiras, passarelas, pontes, pinguelas, guarda-corpo, corrimão, escadas e outros equipamentos, se necessário. Implantar infra-estrutura de apoio: banheiros , caixa d'água, observando os projetos Básicos em anexo;
- Torres para observação;
- Torres para fiscalização;
- Centro de Recepção Sul - Implantar infra-estrutura de apoio: bancos, lixeiras, passarelas, pontes, pinguelas, guarda-corpo, corrimão, escadas e outros equipamentos, se necessário. Implantar infra-estrutura de apoio: banheiros , caixa d'água, observando os projetos Básicos em anexo.

G. Equipamentos / Instrumentos de Apoio

Materiais:

- Uniformes (chapéu, camisa, calças, botas) para 1 Profissional, 1 técnico, 4 fiscais, 4 docentes e 4 voluntários;
- Oito equipamentos de campo individuais (rede, colchão de campo, cantil, mochila, capa de chuvas, binóculos, facão, lanterna pequena);
- Três equipamentos de campo de grupos (barraca, câmara fotográfica, GPS, rádio móvel, lanterna grande, utensílios de cozinha de campo);
- Equipamentos audio-visuais para o Centro de Visitantes;
- Barcos com motores de popa e elétricos (do concessionário) para o transporte de grupos nos circuitos ecoturísticos;
- Dois barcos com motor de popa 4T e motor elétrico com bateria;
- Barcos com motores elétricos (de concessionários) para o transporte de visitantes, durante o dia na seca, desde a área do CRV às praias do rio do Côco.

Pessoal:

- Chefe de Uso Público e um Relações Públicas;
- 01 Coordenador de Uso Público e Educação Ambiental (Técnico);
- 04 Fiscais especializados em contato público;
- 02 docentes estudantes (nível universitário, temporada de férias);
- 02 docentes de conhecimento local (tempo parcial);
- 04 voluntários estudantes (nível secundário, temporada de férias);
- Guias (empregados pelos concessionários) para os circuitos ecoturísticos.



H. Atividades e serviços ligados à visitação no PEC

Instalação de Centros de Informações Turísticas (CIT), inicialmente no município de Caseara, fruto da cooperação do PEC com a prefeitura municipal e faculdades de turismo. Nele haverá pessoal capacitado para receber o visitante e oferecer toda a informação necessária sobre os principais atrativos da região. Dentre essas informações cabe destacar aquelas referentes aos hotéis, restaurantes, atividades de praia, tours ecoturísticos dentro do Parque, pesca, dentre outros. Os visitantes poderão obter mapas da região e informar-se sobre todas as atividades que ocorrem em Caseara. Este serviço de informação deve ser gratuito e imparcial e, para tanto, os atendentes terão o devido treinamento, além de se prepararem em cursos de idiomas para receberem visitantes estrangeiros.

Cabe destacar que a culinária, tendo como elemento básico o peixe, assim como o artesanato são atividades que devem ser trabalhadas com vistas a se talhar a identidade local. Neste sentido, outro aspecto importante diz respeito ao modo de vida do ribeirinho, aos torrãozeiros, como personagens típicos da região. As histórias e lendas baseados nos elementos da paisagem local, especialmente o rio e o peixe, são cruciais no desenvolvimento da identidade local.

I. Ações de manejo dos recursos ambientais e/ou culturais

As ações de manejo dos recursos ambientais e/ou culturais seguirão o que define os Programas de Manejo detalhado no Plano de Manejo do PEC.

1. Programa de Manejo do Meio Ambiente

a) Ações de Proteção

- Recebimento de denúncias de concessionários, habitantes da zona e visitantes para informar as atividades de fiscalização;
- Realização de patrulhas de fiscalização de dia e de noite por via fluvial durante a cheia e por via fluvial e a pé durante a seca. Os patrulhamentos diurnos serão coordenados, ocasionalmente, com sobrevôos em ultra leve;
- Emissão de multas e retenção de equipes de infratores;
- Anotação georeferenciada de infrações encontradas, animais indicadores vistos, dados de monitoramento de transectos fixos, estações meteorológicas e níveis de águas e observações gerais durante cada patrulha;
- Análise dos dados de patrulha, definição de padrões, tendências e levantamento de relatórios mensais para cada base de fiscalização;
- Colaboração com os encarregados do manejo da APA em identificar áreas críticas para a restauração;
- Orientação do público visitante no comportamento requerido em ambiente de Parque e dos regulamentos;
- Fiscalização da pesca amadora;
- Orientação a cooperativas, assentamentos e fazendeiros sobre uso de agrotóxicos na bacia do rio Javaés e fiscalização através das Agências Regionais do Naturatins em Formoso do Araguaia, Sandolândia e Araguaçu.

b) Ações de Manejo

- Reflorestamento em áreas degradadas;
- Supressão de incêndios florestais.

2. Programa de Conhecimento

a) Ações para a Pesquisa



- Autorização e apoio ativo (pessoal e infra-estrutura) a pesquisas de alta prioridade para o manejo;
- Autorização, orientação e fiscalização de pesquisas não prioritárias para o manejo.

b) Ações de Monitoramento

- Estabelecimento de um jogo de indicadores chave para o PEC e a relação PEC / Entorno;
- Tomada regular de dados sobre os indicadores chave;
- Coleção e análise regulares dos dados sobre indicadores chave;
- Inclusão de análises de indicadores chave em relatórios semestrais;
- Utilização de análises de indicadores para determinar mudanças requeridas no manejo do PEC.

3. *Programa de Integração com a Área de Influência*

a) Ações de Relações Públicas

- Viagens introdutórias complementares para que os moradores da área de influência direta tenham conhecimento e experiências de primeira mão com o PEC;
- Programa de visitas oficiais guiadas para que os indivíduos que tomam decisões sobre o Parque tenham conhecimento do mesmo, de seus problemas e potenciais;
- Reuniões regulares de coordenação com os grupos de interessados e afetados do PEC;
- Edição regular de um noticiário sobre o PEC, seus programas e os tópicos do dia; distribuição do noticiário aos grupos de interessados e afetados.

b) Ações de Educação Ambiental

- Curso ambiental básico para todo o pessoal do PEC, com cursos de especialização de acordo com as funções específicas de cada empregado;
- Treinamento de professores das escolas da área de influência direta e saídas de campo no Parque;
- Palestras em escolas e com outros grupos organizados;
- Atenção pessoal a visitas de protocolo na AOV;
- Acampamento de educação ambiental para grupos organizados, Centro de Recepção e Administração do Parque;
- Trilha guiada, interpretativa dos ecossistemas;
- Cursos básicos e avançados de educação ambiental.

c) Ações de Controle Ambiental

- Reuniões regulares do Conselho do Parque.
- Negociação e implementação de convênios de cooperação com fazendeiros na margem oriental do rio do Côco, em frente ao PEC, para o manejo da faixa ribeirinha;
- Projeto Cooperativo com a Prefeitura de Caseara para a elaboração de um plano de ordenação da faixa ribeirinha da Cidade;
- Projeto especial com a Prefeitura de Caseara para a relocação dos acampamentos e ranchos, que tradicionalmente se encontram localizados na Praia da Ilha, para a Praia do Fogoió, em frente à Caseara; localização dos acampamentos e ranchos na mata ciliar para que a praia fique livre para nidificação de tartarugas, gaivotas e jacarés-açú de noite; prolongamento do caminho à Praia do Sol e à Praia do Fogoió; provisão de áreas de estacionamento e embarcadouro para barcos particulares no rio;
- Desenvolvimento de um projeto inter-institucional (Naturatins, IBAMA, UNITINS, Cooperativas de Agricultura Intensiva do Javaés e Formoso) para o monitoramento da qualidade da água e ciclos de enchentes do rio Javaés e seus afluentes;



- Desenvolvimento e implementação de um convênio de colaboração com o IBAMA para o manejo coordenado do P.N. Araguaia e o PEC;
- Projeto de Cooperação com as Fazendas Fartura, Santa Fé e Três Pinheiros no Estado do Pará, em frente ao PEC, para a criação de RPPNs e no desenvolvimento de programas de conservação e ecoturismo nessas unidades;
- Coordenação com a Agência Regional do Naturatins em Caseara para a restauração e proteção de corredores biológicos na APA - Ilha do Bananal / Cantão;
- Ações de controle ambiental para a prática do arborismo.

d) Ações de Incentivos a Alternativas de Desenvolvimento

- Programa de Guias de “Pesque-e-Solte” incluindo cursos de capacitação, organização de uma Associação de Guias de “Pesque-e-Solte” do PEC, entrega de licenças de guia aos capacitados e permissão para guiar, providenciar canoa e remar para pescadores amadores em lagos designados;
- Programa de credenciamento para guias de ecoturismo do PEC e como concessionários no Parque para transporte de visitantes às praias e para os tours dos circuitos ecoturísticos;
- Treinamento de concessionários do PEC e de operadores ecoturísticos do entorno do PEC;
- Autorização para o corte seletivo de um número reduzido da árvore "landi" para a fabricação de canoas tradicionais para uso no Parque;
- Projetos de fomento de atividades econômicas alternativas como artesanato local, plantas medicinais, aromas naturais e apicultura.

J. Descrição de cada atividade

- **Centro de Recepção do Parque Estadual de Cantão**

O Centro de Recepção do Parque Estadual do Cantão conta com uma infraestrutura viável, estas facilidades estão aptas para a recepção de visitantes e um desenvolvimento de diversas atividades. O centro de recepção pode ser utilizado como centro de investigação científica, centro de conferências, museu e ponto de acesso ao rio e, mesmo pode ser utilizado pelos turistas, escolas locais e estaduais, universidades, nacionais e internacionais, ONGs, e muitas outras entidades interessadas em pesquisa e conhecimento.

- **Passeios de barco a motor**

Deve-se utilizar de barcos com capacidade para até 12 pessoas. Os barcos devem ter teto para amenizar as ações de chuva e sol, sejam manobrados na proa e sistema de levantamento de motor para navegar em águas pouco profundas. Os motores mais aptos para serem utilizados dentro do PEC devem ser de quatro tempos, pois causam muito menos impacto sonoro e não soltam tanta fumaça. O motor de quatro tempos ou elétricos são essenciais.

Os barqueiros podem levar os visitantes a diferentes trilhas aquáticas em busca de vida silvestre com todo o cuidado para não proporcionar situações de estresse aos animais. O ponto estratégico para operação das viagens de barco é a fazenda Canguçú, que pode ser um ponto intermediário para um rápido descanso, banho e realização de alimentação. Como pontos de partida mais interessantes considera-se o porto da balsa, o lago de Caseara, o CRV e a fazenda Canguçú

- **Passeios de canoa**

Com a canoa não se pode percorrer as mesmas distâncias que um barco a motor, no entanto, pode-se fazer de modo mais silencioso e detalhado com grande possibilidade de se



aproximar dos animais sem estressá-los. De um modo geral há vários locais apropriados para passeio de canoa mas, inicialmente, se recomenda a área do Rancho Fundo. Deve-se escolher um tipo de canoa adequado, com assentos confortáveis com capacidade para cerca de 04 pessoas, que vão admirando a paisagem e tirando fotos. Cabe ao canoeiro, além de guiar a canoa a aproximação com os animais. É fundamental que a canoa seja estável para minimizar a possibilidade de acidentes, já que as pessoas portarão aparelhos fotográficos e de filmagem. As viagens podem incluir ou não alimentação, dependendo da operação e a preferência do cliente.

- **Caminhadas**

Durante a época de seca existem alguns lugares bastante adequados para se fazer caminhadas. Um deles é a entrada do lago dos Botos, que tem uma rede de trilhas que interconectam lagos entre os quais se pode fazer caminhadas agradáveis. A área do lago da Mata é um dos melhores lugares para se caminhar, dado que o ecossistema permanece inalterado e se encontra muito próximo de Caseara. Há uma trilha que dá acesso ao lago e o rodeia em parte e, sem dúvida, seria interessante completá-la até o rio Araguaia.

- **Torre de observação**

Um dos locais onde se poderia construir uma torre de observação seria a 4 km do CRV. Dali seria interessante o acesso fluvial que conectaria passarelas suspensas a torre, numa distância de aproximadamente 600m, passando por uma lagoa e ecossistemas. Este poderia ser um bom lugar para se realizar interpretação ambiental e, ressalta-se que, na época de cheia, também seria apropriado para caminhadas.

- **Pesca esportiva**

Os tours de pesca são feitos muito cedo, ao nascer do sol. Os guias e barqueiros devem iniciar seu dia baseados em pontos de maior probabilidades de êxito. Todos os peixes devem ser devolvidos à água, sempre se pensando em praticar o menor dano possível ao animal. Todas as viagens de pesca dentro do Parque devem ser efetuadas com guias e barqueiros locais. Os pescadores devem pagar uma licença de pesca e também pagar pela entrada no Parque.

É importante criar acessos ao rio do Côco, para que os operadores de pesca possibilitem aos pescadores desfrutar de distintas áreas a cada dia, estimulando-os a melhor sorte no resultado da sua pesca.

Existem muitos lagos dentro do Parque com grande potencial para pesca, para se chegar a estes lagos é necessário caminhar. Não serão todos os pescadores que irão realizar uma caminhada para ir pescar, alguns realizariam esta caminhada sem problemas. Para se ter esta opção sem caminhada é necessário que existam barcos nos lagos mais acessíveis. Não se recomenda ter mais de dois barcos por lago. Os barcos podem pertencer ao parque e podem ser reservados pelos operadores de pesca através de pessoal dentro do Parque. Desta maneira se tem um melhor controle de quem está dentro do Parque.

K. Normas e procedimentos de operação

Cada atividade terá um projeto específico de operacionalização levando-se em consideração a questão da segurança do visitante e também da capacidade de carga do local. Cada operadora de turismo terá que manter um sistema de informações de cada visitante e também responsabilidade jurídica pela segurança do mesmo. Será exigido da operadora que apresente os certificados de seguro de vida do grupo sob sua responsabilidade.

- Criação de equipe de socorro com participação direta da Polícia Ambiental;
- Cursos de Primeiros Socorros aos Guias;



- Centro de Apoio equipado com todo material necessário aos primeiros socorros e resgate;
- Elaboração e distribuição de Cartilhas de Normatização para Turistas e prevenção de acidentes.

O Plano de Manejo estabelece as normas gerais para os programas de Recreação, Ecoturismo e Interpretação Ambiental, como a seguir:

❖ Normas para Atividades de Recreação

- Toda infra-estrutura será construída para facilitar a harmonia do visitante com a natureza, mostrar técnicas e práticas sustentáveis e causar mínimo impacto ambiental e visual;
- Não será permitido o uso de equipamentos de música de alto volume;
- Os barcos de transporte de visitantes do CRV às praias vizinhas utilizarão somente motores 4 tempos;
- Os visitantes serão convidados a depositar e separar todo lixo; caso contrário, serão multados. Por sua parte, o PEC tem que assegurar uma dispersão adequada de caixotes de lixo (para plástico, vidro e outros) e um serviço regular e confiável de coleta e separação dos resíduos sólidos (concessionária);
- Haverá um esforço contínuo de proporcionar segurança aos visitantes, sobretudo quanto aos perigos naturais nas praias (araias, jacareacú, piranha, etc.);
- Uma sala de primeiros socorros deverá ser prevista no CRV e na AOV, e estojos de pronto socorro instalados nos barcos do Parque e dos concessionários;
- Não serão permitidas práticas esportivas não previstas no PUP;
- Não será permitida a construção de ranchos ou levantamento de construções ou barracas nas praias do Parque;
- As atividades de pesca amadora serão limitadas a lagos que serão designados no presente plano;
- A pesca amadora será limitada ao tipo "pesque-e-solte" e requererá uma licença do Parque;
- Todo pescador amador no Parque será acompanhado por um guia de pesca autorizado.

❖ Normas para Atividades de Ecoturismo

- Todas as atividades oferecidas aos visitantes dentro do Parque serão baseadas na apreciação e gozo da natureza sem depredar os recursos naturais;
- As instalações para apoiar as atividades de ecoturismo serão as mínimas necessárias para cumprir com os propósitos do Plano;
- Toda construção será um modelo de harmonia com o ambiente, de baixo impacto e de projeto sustentável;
- Todas as facilidades de apoio (utilidades, sistemas de energia e reciclagem de resíduos) serão apropriados para o ambiente do Parque e utilizado como oportunidades para educar o público sobre técnicas e práticas para diminuir o impacto negativo do homem sobre a natureza;
- Todo visitante do PEC pagará uma taxa de entrada que será destinada exclusivamente ao manejo, operação e manutenção do Parque;
- As áreas de acampamento serão concedidos sob normas estritas quanto a projeto, construção e operação;
- A AOV poderá ser integrada ao PEC e a Pousada manejada sob concessão para entidades de pesquisas. Entre as condições do contrato de concessão, o concessionário manterá um bloco de apartamentos para o uso do Parque e proverá alimentação ao pessoal do PEC quando estiverem na área para funções oficiais;



- Os concessionários da canoagem serão responsáveis pelo comportamento dos visitantes que utilizarem de seus serviços; e também serão responsáveis por retirar todo lixo e esvaziar e dispor em fossas sépticas os esgotos dos banheiros da área de canoagem;
- Dentro das áreas designadas para a pesca no Parque, somente será permitida a pesca do tipo "pesque-solte" com licença especial do Parque;
- O dinheiro recolhido para as licenças de pesca do Parque será utilizado exclusivamente para o manejo e operação do PEC;
- Todo pescador será acompanhado por um guia autorizado pelo Parque e utilizará somente os barcos sem motor ou com motor elétrico, já providos nos lagos designados;
- Cada guia de pesca será responsável por manter dados sobre os peixes capturados e o esforço empregado.

❖ Normas para Atividades de Interpretação Ambiental

- A interpretação deve ser baseada em experiências de primeira mão com os recursos naturais e culturais da área;
- Tanto a cultura e tradições locais quanto a cultura dos grupos indígenas originais da zona deverão ser uma parte importante da interpretação;
- Entre os temas da interpretação deve figurar não somente informações sobre as feições naturais e culturais, mas também informações que tornem aptos os visitantes a mudarem seu comportamento para diminuir o impacto sobre os recursos naturais do Parque e por extensão, onde moram;
- As atitudes e práticas do pessoal e o projeto das instalações do Parque deverão contribuir ao entendimento e apreciação dos valores naturais e culturais da área e do impacto de cada pessoa sobre a qualidade do meio ambiente;
- A interpretação deverá focar os valores de sustentabilidade e utilizar as instalações, técnicas e práticas do Parque como exemplos.

L. Definição preliminar da capacidade de suporte

A definição da capacidade de carga, ou suporte, está diretamente relacionada à sustentabilidade do uso público do PEC. Por isso mesmo, o seu cálculo deve ser feito de maneira criteriosa, visto que envolve diversas variáveis, tanto materiais, como sociais, físicas e biológicas. Essas variáveis a serem pesquisadas estão relacionadas tanto aos atrativos naturais, como a infraestrutura implantada.

O critério de avaliação de capacidade de carga é muito subjetivo. Deve-se levar em conta fatores como, por exemplo, o perfil do turista que chega ao Parque, a frequência de visitação, o tempo de permanência no atrativo, o desgaste deste pela ação tanto física/biológica quanto da assiduidade de visitas, dentre outros.

Nesse estudo, será adotado a metodologia de Boullón (2002) que determina os limites de tolerância do uso de capacidade de carga do atrativo turístico combinando-se o resultado do cálculo dos três tipos de capacidade, ou seja, ecológica, material, psicológica. A *capacidade material* está relacionada às características geográficas, geológicas, topográficas, da vegetação e das condições de segurança estabelecidas para os visitantes. Ao se buscar o nível ótimo de adequação da capacidade material deve-se tomar o cuidado para que o excesso de pessoas e instalações de segurança não afetem o atrativo, desfigurando-o.

A *capacidade ecológica* relaciona-se à quantidade de dias por ano, ao número de visitantes simultâneos e à rotatividade diária que um atrativo pode receber sem que seu equilíbrio



ecológico seja alterado. O cálculo desse tipo de capacidade deve estar relacionado ao cumprimento do efeito de diluição-ambiental.

De acordo com Boullón (2002:179), “ a capacidade psicológica pode variar desde 10.000 m² para o campista solitário, até 100 m² para o que se aloja em um acampamento com alta concentração de pessoas ou não mais de 20 m² por visitante em um mirante, que fica reduzido a 1 m² na frente do parapeito”. É o que se chama de “bolha ecológica” ou distância pessoal que é uma área determinada, invisível que circunda o corpo da pessoa.

Para se determinar a capacidade de carga dos atrativos turísticos, pretende-se adotar as fórmulas de Boullón (2002), Lazato-Giotat, *apud* Ruschmann (1997) e Haites (*apud* Petrocchi, 1998).

A capacidade de carga dos atrativos e das trilhas foram definidos também pela alta vulnerabilidade do solo, portanto estes números poderão ser modificados após um monitoramento contínuo das trilhas e atrativos, deverão ser observados itens como: acúmulo de lixo, alteração na frequência da fauna, degradação da trilha (erosões, assoreamento, exposição de raízes).

Se ficar constatado qualquer uma destas alterações, deverá ser feita uma adequação da capacidade de carga da trilha e do atrativo.

A seguir apresenta-se a capacidade de carga dos locais onde serão desenvolvidas as atividades de uso público propostas.

i. Trilhas Terrestres e Aquáticas

- Lagoa da Mata
- Lago Rico
- Furo da Barreirinha
- Lago do Boto
- Lago Naru
- Lago do Painel
- Cicica.

Capacidade de Suporte:

- 4 turmas por dia, com no máximo 16 (dezesseis) pessoas por turma, sendo que cada turma deverá ser acompanhada por um guia.

ii. Centro de Recepção de Visitantes

- Piquenique
- Trilha (varjão do Murici)
- Trilha (Lago Ferrugem)
- Viveiro

Capacidade de Suporte: 40 (quarenta) pessoas/dia

iii. Torre de Observação

- Lago do Boto - 40 metros de altura
 - Centro de Recepção de Visitantes – 12 metros de altura
- Capacidade de Suporte: Lago do Boto: 15 (quinze) pessoa por vez;
Centro de Recepção de Visitantes: 05 (cinco) pessoas por vez



iv. Torre de Fiscalização

- Lago Naru - 15 metros de altura
- Trilhas do Murici
Capacidade de Suporte: 07 (sete) pessoas por guia.

v. Lago Rico e Entorno

- Cabana do Sr. Levi
- Sanitários
- Refeitório (estrutura telada)
- Área de descanso

Capacidade de Suporte: 08 (oito) pessoas acompanhadas por 01 (um) guia ou no máximo 16 (dezesesseis) pessoas com dois guias.

vi. Pesca Esportiva

- Lago da Anta
- Lago Rico
- Lago de Dentro

Capacidade de Suporte: 03 (três) pessoas por barco acompanhadas por um guia.

vii. Turismo de Aventura

- Arvorismo
- Canoagem

Capacidade de suporte: 15 (quinze) pessoas por turma acompanhadas por um guia. Sendo no máximo 4 (quatro) turmas/dia.

viii. Desfrute de praia e banho de rio

- Praias do rio do Côco

Capacidade de suporte: 15 (quinze m²/pessoa)

ix. Passeios de barco

- Rio do Côco

Capacidade de suporte: barco com capacidade para 6 (seis) pessoas e canoa com capacidade para 4 (quatro) pessoas, sendo uma pessoa por m².

x. Observação da fauna

- Cabana no rio Cicica

Capacidade de suporte: 06 (seis) pessoas

xi. Base de Fiscalização

- Cicica Oeste /Furo do Perdido
- Javaés
- Furo do Pinto - Rio Côco

Capacidade de suporte: 04 (quatro) pessoas (fiscais e pesquisadores)

xii. Projeto Quelônios

- Canuto
- Javaés

Capacidade de suporte: 04 (quatro) pessoas (fiscais e pesquisadores)



M. Operacionalização dos trabalhos

As atividades de uso público contidas neste plano serão operadas por organizações concessionárias, com destaque para aquelas que já atuam nos municípios da área de influência do PEC. Essas atividades de uso público referem-se a recreação, ecoturismo, interpretação ambiental e educação ambiental.

N. Alternativas de uso das atividades

A cidade de Caseara oferece um serviço hoteleiro, um centro de visitantes, um hospital e um povo com sua cultura própria. Outra vantagem de Caseara é que conta com uma praia no rio Araguaia com serviços e atividades que até este momento tem funcionado somente nos meses de julho e agosto, mas que se planeja no futuro sua utilização por toda a temporada de seca. De modo que as imediações de Caseara oferecem ao visitante um conjunto de facilidades e comodidades operativas.

As atividades de uso público previstas neste PUP se complementam. Recreação, ecoturismo e interpretação se inibricam e, como já foi assinalado, têm como pano de fundo a educação ambiental; a criação de uma consciência e uma ética que reconheça a importância da preservação e conservação do patrimônio natural e histórico da região. Portanto, durante o período de visitação, o objetivo é desenvolver nos visitantes, valores afirmativos referentes ao meio ambiente e à sustentabilidade, de modo que esses valores se tornem princípios importantes, orientadores de suas condutas. Ao final é esse o objetivo que se quer alcançar com o uso público do PEC.

O produto turístico PEC oferece a seus visitantes a oportunidade de observar uma grande quantidade de vida silvestre de maneira extremamente acessível. Ao navegar por diferentes trilhas aquáticas do Parque os visitantes podem apreciar e fotografar uma grande quantidade de aves e animais, e o ecossistema Cerrado em mistura com ambientes amazônicos de bosques de inundação. Estes locais ensejam a proteção à biodiversidade e a oportunidade de desenvolver nas pessoas a consciência ecológica e importância dos sistemas naturais.

Especialmente no município de Caseara, se desenvolvem atividades turísticas durante o período de seca que podem ser articuladas à visitação ao PEC. Neste período, o município recebe um número significativo de pessoas (aproximadamente 2.500) em busca do desfrute de praia e banho de rio. É amplamente possível combinar as potencialidades de uso das praias de Caseara com a visitação ao PEC. Seguramente este período será o de maior pressão sobre o PEC uma vez que elevam-se as possibilidades de aumento do número de visitantes. Considera-se essencial que se desenvolva um programa especial para esta época do ano, dado às maiores possibilidades de ocorrências de impactos ambientais.

No entorno do PEC destacam-se as alternativas econômicas decorrentes do incremento da atividade turística nos municípios circunvizinhos.

- Horta comunitária;
- Artesanato;
- Apicultura;
- Doces caseiros;
- Licores caseiros;
- Viveiros de mudas de plantas medicinais e ornamentais;
- Piscicultura;
- Tanque-rede;
- Casa de farinha (Mandioca);
- Farinha de Peixe;



- Agregar valor aos produtos do peixe;
- Processamento de frutas do Cerrado;
- Criação de pequenos animais domésticos (galinhas, porco, etc);
- Unidade de pesquisa para produção sustentável.

Recomenda-se que para agregar valor aos produtos, os mesmos devem ter uma certificação que lhes garanta qualidade trazendo maior benefício para a comunidade.

O. Identificação de todas as atividades de uso público referidas no documento.

As atividades de uso público assim como sua classificação e os locais de sua realização encontram-se listada na tabela 5.1.

P. Possibilidades de inserção de diferentes grupos de interesses locais

Com o incremento da atividade turística no PEC, considera-se que os municípios vizinhos, especialmente Caseara, sofrerão um incremento em sua atividade econômica. A inserção será tão mais efetiva, quanto mais organizados estiverem os diferentes grupos de interesse em associações. Uma das melhores formas de desenvolver estes produtos e serviços é organizar os interessados em cada unidade turística em associações.

Estas associações trabalham de maneira individual em seus objetivos específicos porém de maneira conjunta para obter ajudas de capacitação ou conseguir financiamentos de seus projetos que aplicam em necessidades básicas. Além disso, o trabalho em conjunto é mais eficiente e protege seus interesses.

Os principais grupos de interesse estão organizados nas seguintes associações:

- Associação de Guias;
- Associação de Transportadores;
- Associação de Barqueiros;
- Associação de Hoteleiros;
- Associação de Operadores;
- Associação de Produtores de Frutas;
- Associação de Piscicultores;
- Associação de Artesãos.

Todas as associações podem funcionar como operadores turísticos através da prestação de serviços diretos ou indiretos ao turista. Todas elas se complementam de modo que suas atividades contribuem reciprocamente para o desenvolvimento local.

A criação das Câmaras de Turismo possibilita a reunião de todas as associações, o pessoal responsável pelo PEC e representantes das prefeituras. A Câmara de Turismo poderá criar uma certificação de qualidade das operações ecoturísticas das associações locais. Tal certificação poderá ser criada por um órgão estadual e avaliada e implantada pelas Câmaras de Turismo.

Q. Oportunidades para as comunidades locais

A comunidade local deve se preparar para o incremento do turismo no PEC e em seu entorno imediato. Neste sentido os cursos de qualificação adquirem importância estratégica para a oferta de um serviço de qualidade. Considera-se que os principais cursos são:

- Hotelaria e Recepção Hoteleira;
- Implantação e Administração de Micro e Pequenas Empresas;



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

- Higiene em Restaurantes;
- Comida Típica Regional;
- Guia Turístico local;
- Protocolo e Etiqueta;
- Governança;
- Espanhol / inglês.

Por outro lado, a proposta do desenvolvimento do agroturismo nos municípios do entorno do PEC vincula-se à formação de empreendimentos privados rurais que se dedicam a uma variedade de produtos utilizando-se de sistemas de baixo impacto ambiental. A idéia é de associar a produção agropecuária à atividade turística, onde os turistas se interagem com os produtores no próprio local onde os produtos consumidos pelos turistas são desenvolvidos.

Nesta proposta, as famílias desenvolvem produtos agrícolas em consonância aos princípios de sustentabilidade ambiental. Para tanto devem receber instruções de capacitação para recepção dos turistas no ambiente onde se desenvolve a produção, possibilitando uma interação com o turistas no próprio lugar. Por se tratar de um negócio as famílias devem ser capacitadas para o desenvolvimento de produtos economicamente sustentáveis. O objetivo é consolidar um produto agroturístico competitivo, gerando renda complementar às famílias de agricultores.

Outra oportunidade é a instalação de Centros de Apoio nas cidades vizinhas com vistas à reciclagem do lixo oriundo da visita, dentre eles plástico, alumínio e vidro e que deve ter a participação de forma educativa das crianças das escolas e de seus professores. O município se encarregará da coleta e transporte para os centros de apoio, cabendo a população colaborar selecionando o lixo e tratando de depositá-lo limpo nas lixeiras. O dinheiro produzido pela reciclagem devem atender as tantas necessidades das escolas e para ajudar aos alunos com programas de roupas e estudos.

As lixeiras, distribuídas por todos os municípios vizinhos, devem estar rotuladas para a coleta seletiva. O lixo orgânico deve ser processado para a produção de compostagem e fabricação e adubos orgânicos.

Para que este projeto se torne uma realidade deve-se dar início a uma série de palestras de capacitação para se tornar um exemplo a ser seguidos por outros municípios.



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROPOSTA FINAL PARA USO PÚBLICO

1.13 ATIVIDADES, INDICAÇÃO DE USO, CATEGORIA E INFRAESTRUTURA

Tabela 5. 1 - Atividades de Uso Público

Todas as atividades propostas, como já assinalado, ainda não foram implementadas

LOCAL	INDICAÇÃO DE USO	ATIVIDADE
Lago Rico	Trilhas Terrestres e Aquáticas	Ecoturismo
	Visita à Cabana do Sr. Levi	
	Descanso	
	Pesca Esportiva	Recreação
Lagoa da Mata	Trilhas Terrestres e Aquáticas	Ecoturismo
Furo da Barreirinha	Trilhas Terrestres e Aquáticas	Ecoturismo
Lago do Boto	Trilhas Terrestres e Aquáticas / Observação de Fauna	Ecoturismo / Interpretação Ambiental
Lago Naru	Trilhas Terrestres e Aquáticas / Fiscalização	Ecoturismo / Fiscalização
Lago do Panela	Trilhas Terrestres e Aquáticas	Ecoturismo
Rio Cicica	Trilhas Terrestres e Aquáticas / Observação da Fauna	Ecoturismo / Interpretação Ambiental
Centro de Recepção de Visitantes	Piquenique	Recreação
	Trilha Varjão do Murici	
	Trilha Lago ferrugem	
	Torre de Observação	Interpretação Ambiental
	Visita ao Viveiro	Interpretação Ambiental
Trilhas do Murici	Observação da Fauna e Flora	Interpretação Ambiental
Lago de Dentro	Pesca Esportiva	Recreação
Lago da Anta	Pesca Esportiva	Recreação
Entorno do Lago do Boto e do Lago da Mata	Arvorismo	Recreação
Rio Cicica / rio Perdido	Canoagem	Recreação
Rio do Côco	Desfrute de Praia e Banho de Rio	Recreação
	Passeio de Barco	Recreação
Cicica Oste / Furo do Perdido	Fiscalização	Fiscalização
Furo do Pinto	Fiscalização	Fiscalização
Rio Javaés	Fiscalização	Fiscalização
	Projeto Quelônios	Educação Ambiental / Científica
Cannuto	Projeto Quelônios	Educação Ambiental / Científica

Todas as novas implantações de sistemas de energia deverão ser com placas de energia solar ou outros sistemas de energia ecologicamente correta. Todos os locais que envolvem uso público devem ter seus sistemas de tanque séptico.



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

Tabela 5. 2 - Infraestrutura Necessária *

Área Desenvolvimento	Infraestrutura Local	Infraestrutura Necessária		
		Energia	Água	Fossa
Cicica	Cabana de observação da fauna	-	-	-
Lago da Mata	Passarela de 0.6m	-	-	-
	Pier da Trilha	-	-	-
Lago do Naru	Torre de Fiscalização 12 m	-	-	-
Trilha Fluvial do Cicica	Galpão de apoio a canoagem	X	X	X
	Cabana para apoio a pesca esportiva	X	X	X
	Sanitários	X	X	X
Trilha dos pesquisadores	Pier da Trilha	-	-	-
Lago do Boto	Passarela de 4m	-	-	-
	Torre de Observação 40 m	X	-	-
	Pier da Trilha	-	-	-
Lago do Panela	Cabana para observação da fauna	-	-	-
Trilha do Lago Rico	Passarela de suspensão	-	-	-
	Cabana para apoio a pesca esportiva	X	X	X
	Sanitários	X	X	X
	Alojamento turistas			
Cicica Oeste/Furo do Perdido (Base de Fiscalização)	Cabana para fiscalização	x	x	x
Pousada (Área Oficial dos Visitantes)	(Infra estrutura já existente)	x	x	x
Projeto Quelônios (Sr. Canuto)	Cabana para fiscalização	x	x	x
Base de fiscalização Javaés	Cabana para fiscalização	x	x	x
Base de fiscalização rio Cocco (Furo do Pinto)	Cabana para fiscalização	x	x	x
Centro de Recepção Sul	Edificação do Centro de Recepção	x	x	x
Projeto Quelônios Javaés	Cabana para fiscalização	x	x	x

* Os projetos básicos de infraestrutura encontram-se anexos a este documento.



ELABORAÇÃO DE PROJETOS ESPECÍFICOS

1.14 ORIGEM DOS PROJETOS

Os projetos apresentados a seguir resultaram de estudos e pesquisas realizados por técnicos da SEPLAN/NATURATINS, assim como de consultores contratados para esta finalidade.

1.15 RECREAÇÃO - ECOTURISMO

1.15.1 Planejamento de Trilhas Terrestres e Aquáticas:

- Traçado;
- Sinalização;
- Capacidade de carga.

1.15.2 Ordenamento da Faixa Ribeirinha e do Turismo de Praia de Caseara

FASE I

- Área de pique-nique e estacionamento, CRV;
- Embarcadouro para o público, CRV (existente);
- Sanitários.

FASE II

- Trilhas dos Lagos, AOV e CRV.

FASE III

- Refúgios e área de pique-nique, Javaezinho

1.15.3 Ordenamento e Normatização da Faixa Ribeirinha e Desenvolvimento de Empreendimentos Ecoturísticos nas Fazendas do Rio do Côco. Área de Conservação da APA – Ilha do Bananal/Cantão e Ordenamento da Faixa Ribeirinha do Javaés e Estabelecimento de uma Base para Ecoturismo. Área da Canguçú

FASE I

- Embarcadouro, CRV (existente);
- Melhoria de Estradas, da pista de pouso do AOV;
- Módulo de ecoturismo, do rio do Côco, (convênio com fazendeiros) com colocação de sanitários químicos.

FASE II

- Melhoria de estradas, CRV;
- Agência para alugar canoas e instalação para acomodar canoas, AOV;
- Cabanas para apoio a roteiros de canoagem no período de cheia;

FASE III

- Agência para alugar canoas e instalação para acomodar canoas CRV;
- Base de apoio a pesquisa e fiscalização.

1.15.4 Desenvolvimento de Atividades de Turismo de Aventura

FASE I

- Cadastrar agências que estejam habilitadas a vender pacotes com a exigência de aproveitamento de mão-de-obra local;
- Normatizar e formatar as instruções para emissão do alvará de funcionamento da instituição (operadora);
- Criar selo de qualidade e responsabilidade;



- Definição dos locais para cada prática específica.

FASE II

- Capacitação de pessoas locais nas atividades específicas;
- Construção de galpões de apoio ao ecoturismo para, nas temporadas, guardarem os equipamentos de uso em cada modalidade esportiva;
- Criação e capacitação de pessoal para formação de grupo de prevenção e salvamento.

1.16 INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL

1.16.1 Estratégias de Planejamento

- Identificação das questões específicas a serem tratadas em cada local;
- Identificação do público-alvo e suas necessidades;
- Identificação dos objetivos ou resultados esperados para cada público-alvo;
- Elaboração das mensagens a serem transmitidas para o público-alvo;
- Seleção das atividades, meios e métodos a serem utilizados na transmissão de cada mensagem;
- Decisão sobre possível integração de algumas atividades e prazos de execução;
- Avaliação contínua dos recursos humanos e financeiros necessários e distribuição de responsabilidades.

1.16.2 Implementação do Programa

- Elaboração de um Guia Turístico do PEC.

FASE I

- Trilha guiada, Praia do Sul, CRV;
- Trilha autoguiada com folheto e saída do Centro de Visitantes.

FASE II

- Centro de Visitantes, CRV;
- Trilha autoguiada com folheto interpretativo, AOV.

1.16.2.1 Programa da Trilha Guiada

Requer presença de um intérprete treinado, que acompanhará os visitantes na caminhada, levando-os a observar, sentir, experimentar, questionar, descobrir os fatos relacionados ao tema estabelecido. Os guias deverão receber treinamentos específicos conforme o tema, interesses e objetivos da trilha.

❖ Preparação para a saída

- Apresentação do guia e saudação aos participantes;
- Informação sobre a duração e grau de dificuldade da caminhada;
- Informação e verificação sobre qualquer roupa ou equipamentos necessários;
- Recomendação sobre normas de conduta e de segurança, e
- Busca de cordialidade e clima amistoso.

❖ Introdução

- Orientação sobre o tópico e o tema da caminhada;
- Orientação sobre a organização do tema nas paradas, dando idéia de unidade (uma estória em vários capítulos e não várias estórias);
- Motivação para a participação, e



- Criação de expectativa e curiosidade.
- ❖ **Corpo (ao longo das paradas)**
 - Apresentação do tema em cada uma das paradas;
 - Transmissão de informações pertinentes ao tema, sem fugir das idéias principais;
 - Respostas às perguntas, e
 - Transição de uma parada a outra sem cortes, mantendo a unidade e a expectativa.
- ❖ **Conclusão (última parada)**
 - Reforço da mensagem;
 - Relação entre o tema e as coisas visitadas e discutidas ao longo do caminho, e
 - Finalização, com agradecimentos do guia e da instituição pela participação.

1.16.2.2 Trilhas Auto-Guiadas

Com pontos de paradas marcados, onde o visitante, auxiliado por placas, painéis ou por folhetos contendo informações em cada ponto, explora o percurso sem o acompanhamento de um guia. Deverão ser considerados:

- ❖ **Os recursos utilizados (placas, painéis..etc), devem focar**
 - A atenção da audiência no detalhe que está sendo interpretado;
 - Explicar o significado ou importância de se observar os detalhes;
 - Amarrar a explicação ao tema ou mensagem principal.

1.16.2.3 Centro de Visitantes

O centro de visitantes é o espaço de apoio a uma variedade de programas e atividades desenvolvidos no PEC, em seu aspecto de uso público e educação.

Objetivos

- Propiciar a aproximação dos visitantes com a natureza, permitindo que estes interiorizem o significado das áreas protegidas, sua importância em termos de preservação, manejo e aproveitamento indireto dos recursos naturais e culturais;
- Cada centro terá seus objetivos estabelecidos de acordo com as características e problemática de cada área protegida.

1.17 REGULAMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO ECOTURÍSTICA

❖ **Guias**

- Condutor da comunidade local para passeios no parque;
- Cadastrado no CMT e/ou associação de guias;
- Cadastramento feito por um processo seletivo;
- Grupo máximo de 10 turistas;
- Equipamento específico para segurança;
- 3 guias contratados pelo Parque.

❖ **Barcos**

- Barco local.;
- Barco local ou de turistas deve ter motor de 4 tempos*;
- Taxa de permissão especial para barcos particulares;
- Barcos permitidos apenas com acompanhamento de guias;
- Velocidade máxima permitida 40km/h no rio Côco e nos canais menores 20km/h;



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

- O operador deve reconhecer as recomendações do Plano de Manejo;
- Os passeios de barco devem obedecer às Normas de Segurança da Marinha.

❖ Operadora

- Conselho Municipal de Turismo/ iniciativa privada autorizada pelo Conselho;
- Permitida entrada de alimentação apenas nas áreas apropriadas para tal;
- Credencial com entrada franca apenas para operadora local;
- Operação da venda será feita através de voucher.

❖ Divulgação

- Principais feiras de eventos nacionais, internacionais e regionais.;
- Famtur**/ Fampress*** (operadoras nacionais e internacionais);
- Elaboração de folheteria;
- Homepage só do Parque;
- Guia ecoturístico do Parque do Cantão;
- Prospecção com operadores nacionais e internacionais.

❖ Pesquisa Científica

- Parceria com instituição de pesquisa;
- Estado implantando um programa de apoio à pesquisa nas UC's;
- Bolsa de estudos para instituição científica;
- Utilização das instalações da Pousada Araguaia e do Centro de Recepção de Visitantes como apoio à pesquisa científica.

]

❖ Cobrança de Ingresso no Parque****

- Nacionais:
 - 1 dia R\$ 5,00
 - 2 dias R\$ 8,00
 - 3 dias R\$ 12,00
 - 4 dias R\$ 15,00
- Internacionais:
 - 1 dia US\$ 5
 - 2 dias US\$ 8
 - 3 dias US\$ 12
 - 4 dias US\$ 15

Nota: * Nos primeiros dois anos de operação poderão ser utilizados barcos com motor 2 tempos até que os barqueiros tenham condições de se adequar às normas do uso do Parque.

** Famtur com cada operadora individualmente, por serem concorrentes.

*** Fampress – imprensa voltada para o turismo.

**** Valor por pessoa e criança até 7 anos incompletos não paga.

Para passeios de barco, o limite de pessoas deverá ocorrer conforme determinação da Marinha, ou seja, 1 pessoa por metro quadrado, sendo assim, barco de 6 metros, 6 passageiros.

1.18 MARKETING DOS PRODUTOS TURÍSTICOS –

- Pesquisa de mercado;
- Pesquisa de fluxo;
- Pesquisa de demanda;
- Segmentação de mercado;
- Pesquisa de satisfação;



- Criação cluster;
- Divulgação.

1.19 PREPARAÇÃO DOS ATORES (GUIAS, HOTÉIS, ETC.)

- Programa de voluntariado para ensinar o idioma inglês*;
- Criar ou reativar associações de hotéis, guias, barqueiros e Conselho Municipal de Turismo**;
- Cursos específicos para guias em cada área desenvolvida (trilhas terrestres, aquáticas, centro de visitantes)*****;
- Curso de resgate em terra e água para associações locais***;
- Formação de grupo de resgate (terra e água)****.

Nota: * Com voluntários norte-americanos.

** Ou criar novas associações.

*** A ser ministrado por especialistas numa parceria Governo x Associações locais.

**** Formado a partir de reuniões de consenso entre Associações e Administração do Parque.

***** Com base no Curso Básico de Conductor de Visitantes do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros-São Jorge e Alto Paraíso de Goiás, os guias deverão seguir as instruções estabelecidas no item abaixo:

1.19.1 Funções e Responsabilidades do Conductor:

- Guiar o caminho: levar as pessoas pelo caminho certo é a primeira obrigação do condutor e para isto é necessário que ele conheça plenamente o mesmo;
- Informar o grupo: as informações devem ser feitas de modo fluente e clara e definir as regras a serem seguidas (normas do parque);
- Segurança do grupo: cuidar da segurança física do grupo minimizando possíveis ocorrências de acidentes; Cuidar da parte motivacional do grupo levando-o a vencer obstáculos naturais do ambiente;
- Socorros: prestar os primeiros socorros necessários em caso de alguma eventualidade;
- Preservação ambiental: zelar diretamente do ambiente visitado e instruir sempre o visitante quanto aos seus deveres.



CENTRO DE VISITANTES (CV), CENTRO DE VIVÊNCIAS (CVI), CENTRO DE INFORMAÇÃO (CI) E SIMILARES

1.20 O CENTRO DE VISITANTES

O centro de visitantes é o espaço de apoio a uma variedade de programas e atividades desenvolvidos no PEC, em seu aspecto de uso público e educação.

O termo centro de visitantes substituiu expressões tradicionais, como por exemplo museu, quartel-general e, mais contemporaneamente, centro da natureza e centro de informação. Hoje, seguindo tendência mundial, a terminologia utilizada é centro de visitantes.

1.21 OBJETIVOS

- Propiciar a aproximação dos visitantes com a natureza, permitindo que estes interiorizem o significado das áreas protegidas, sua importância em termos de preservação, manejo e aproveitamento indireto dos recursos naturais e culturais;
- Cada centro terá seus objetivos estabelecidos de acordo com as características e problemática de cada área protegida.

1.22 SERVIÇOS OFERECIDOS

- Informação sobre os serviços disponíveis na unidade de conservação, tais como transportes, telefones, água potável, sanitários, passeios, serviço de guias, apresentações de filmes e palestras, serviços de hospedagem e campismo, áreas e atividades de recreação, serviços de alimentação, dentre outras, incluindo os respectivos horários de funcionamento;
- No centro de visitantes, o usuário recebe também informação sobre as normas que deve seguir quando em visita à unidade de conservação, bem como sobre os benefícios que esta propicia à sociedade;
- Orientação espacial do local em que o visitante se encontra. Para tal, devem ser utilizados, por exemplo, maquetes, mapas, folhetos e fotografias aéreas;
- Interpretação das "informações" sobre os recursos naturais e culturais da área que se está visitando.

As informações e orientações permitem que o visitante melhor planeje seu tempo disponível em função de seus interesses, enquanto a interpretação leva a um melhor entendimento sobre o meio ambiente visitado.

1.23 IMPLANTAÇÃO

Os centros de visitantes podem ser implementados de forma sofisticada ou de maneira muito simples. Estas variações podem ocorrer em função da disponibilidade de recursos financeiros e/ou de pessoal com experiência nesta atividade.

1.24 MOTIVOS PARA IMPLANTAR

- De uma maneira geral, o maior compromisso com a implementação de um centro de visitantes é o de despertar interesse neste e possibilitar que o seu contato com a natureza ou com os atributos culturais da Unidade torne-se uma experiência única e somente sua;
- Deve-se sempre lembrar que os visitantes, sejam eles crianças, jovens, adultos ou idosos, vão à uma UC com um objetivo maior, que é o de entrar em contato com os



valores ambientais e/ou culturais da área protegida. Sua passagem pelo centro de visitantes pode ser rápida, mas deve ser eficaz. Ou seja, devemos transmitir as informações necessárias para que eles desfrutem do ambiente da melhor forma, respeitando o objetivo que os levou a escolher aquela área para visitar. Ao fim de sua jornada, eles devem ter a sensação de ter cumprido suas metas na unidade de conservação, as quais devem ter sido enriquecidas pela maneira diferente com que puderam apreciar a área visitada;

- Deve-se também ter sempre em mente que este visitante é um agente de divulgação da unidade de conservação e das atividades que ali são desenvolvidas;
- A eficiência de um centro de visitantes pode ser medida quando, ao final da visita, o visitante é capaz de ter compreendido porque aquela área é protegida, quando ele pode citar algumas espécies ali encontradas, pontos de destaque e a importância da área e, especialmente, quando consegue visitar a área protegida sem causar distúrbios ou danos.

1.25 MONTAGEM DO CENTRO DE VISITANTES

Baseado na publicação "*Guia para Montagem de Exposição em Centro de Visitantes das Unidades de Conservação*", orienta-se sobre a atividade de interpretação, a montagem de exposições no centro de visitantes e informações sobre alguns aspectos que não devem ser esquecidos na implantação deste importante elemento do uso público em unidades de conservação.

1.25.1 Material para Interpretação

- Painéis;
- Dioramas;
- Maquetes ;
- Mapas;
- Fotos aéreas, fotos de plano superior, imagens de satélite;
- Materiais científicos;
- Filmes;
- Projeção de slides;
- CD Rom e Homepage;
- Palestras;
- Publicações.

1.26 ELEMENTOS BÁSICOS

- Elementos de texto;
- Recursos gráficos;
- Uso de ilustrações;
- Uso das cores.

1.27 ARQUITETURA DO CENTRO DE VISITANTES NO CONTEXTO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

- As dependências do Centro de Visitantes, assim como alguns elementos necessários ao conforto, segurança e beleza de seu interior e exterior, de aspectos tais como iluminação, controle da temperatura interna, adaptações para deficientes físicos, sinalização interna, paisagismo etc.



1.28 ADMINISTRAÇÃO DO CENTRO DE VISITANTES

- Existe a necessidade de se definir um perfil para os profissionais que atuam no centro de visitantes, bem como as rotinas de trabalho e a participação de outros atores sociais na montagem e administração de um centro de visitantes.

1.29 PONTO COMERCIAL

- Definição de diferentes atividades comerciais que poderão ocorrer no interior de um centro de visitantes.

1.30 ESTRUTURAS A SEREM CONSTRUÍDAS:

É necessário a construção de estruturas físicas conforme abaixo especificado que possam melhor atender à demanda de visitação turística.

1.30.1 Centro de Recepção Sul

- Centro de Visitantes do CRV com mostrador de informações, maquete do Parque, sala de exposições, auditório, sala de vendas, sala de primeiros socorros e banheiros.

1.30.2 Módulos de Ecoturismo

- 02 módulos de ecoturismo, cada um com capacidade para 30 visitantes (convênio de cooperação entre fazendeiros com terra na margem leste do rio do Côco e o PEC)

1.30.3 Anfiteatro ao Ar Livre

- Com instalações para apresentações e educação ambiental.



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

ESTIMATIVA PRELIMINAR DE CUSTOS PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE GESTÃO

Tabela 8. 1 - Estimativa Preliminar de Custos

LOTE	QUANT	ESPECIFICAÇÃO	P.UNIT	P.TOTAL
001	014	Uniformes (chapéu, calças, botas)	550,00	7.700,00
002	008	Equipamentos de campo individuais (rede Adventure Camp, colchão de campo Confortec Nautica, cantil Termolar 750ml, mochila, capa de chuva, 1 binóculo BUSHMASTER ct zoom 7240 com Rubicon 7x21x40mm, facão Amazonas, lanterna pequena Windsor)	1.800,00	14.400,00
003	003	Equipamentos de campo de grupos (1 barraca Igloo Hummer 4 pessoas, 1câmara fotográfica, 1 GPS Garmin, 1 par de rádio movel, 1 lanterna grande Windsor, conjunto de utensílios de cozinha)	8.000,00	24.000,00
004	001	Equipamentos para Áudio-visual para o Centro de Visitantes e para o Anfiteatro ao Ar Livre. (Cinemax Áudio e Vídeo).	40.000,00	40.000,00
005	002	Barcos com motor de popa e elétrico com bateria. Barco 5 metros marca Metalglass e motor Mercure 15HP 4T.	15.000,00	30.000,00
		TOTAL GERAL		116.100,00



CRONOGRAMA FÍSICO/CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

MODELO DE INTERVENÇÃO

Figura 10. 1- Mapa de Localização das Áreas de Desenvolvimento

Figura 10. 2 – Trilha do Cicica (Garças)

Figura 10. 3 – Trilha do Lago da Mata

Figura 10. 4 – Trilha do Lago do Maru

Figura 10. 5 – Trilha Fluvial do Cicica

Figura 10. 6 – Trilha dos Pesquisadores

Figura 10. 7a – Centro de Recepção – Trilha do Lago Ferrugem

Figura 10.7.b – Trilhas do Murici

Figura 10. 8 – Trilha do Lago do Boto

Figura 10. 9 – Tilha do Lago do Panela

Figura 10. 10 – Trilha do Lago Rico

Figura 10. 11 -Centro de Recepcao e Administração (CRV)

Figura 10. 12 – Torre de Observação

Figura 10. 13 – Centro de Recepção e Museu Interpretativo

Figura 10. 14 – Cabanas de Apoio ao Ecoturismo

2 figuras



Figura 10. 15 – Placas interpretativas

2x

Figura 10. 16 – Placas Interpretativas e Lixeiras

2x



BIBLIOGRAFIA

- _____. Relatório de impacto Ambiental no meio ambiente, Centro de Recepção de Visitantes do Pólo Ecoturístico do Cantão. SEPLAN, Palmas, 1999b.
- _____. Marketing turístico – um enfoque promocional. Editora Papirus Campinas-SP. 1991.
- BOULLÓN, R. C. Planejamento do espaço turístico. Tradução: Josely Vianna Baptista. Bauru/SP: Edusc, 2002.
- DIAS, R. Turismo sustentável e meio ambiente. São Paulo: Atlas, 2003. 208 p.
- EMBRATUR. Guia brasileiro de sinalização turística. Brasília. 2001
- EMPRESA TOCANTINENSE DE TECNOLOGIA. Estudo de impacto ambiental, Centro de Recepção de Visitantes do Pólo Ecoturístico do Cantão. SEPLAN, Palmas: 1999.
- EXPEDIÇÃO Américo Vespúcio. Diário de viagem. Disponível em: <www.americovespucio.com.br/diario> Acesso em 26/11/03.
- FARIA, D. S.; CARNEIRO, K. Sustentabilidade Ecológica no Turismo. Brasília: UNB, 2001. 95 p. (Coleção Gastronomia, Hotelaria e Turismo)
- FERRETI, E. Turismo e meio ambiente: Uma abordagem integrada. São Paulo: Roca, 2002.
- MARINHO, A.; BRUHNS, H.(org). Turismo, lazer e natureza. São Paulo: Manole, 2003
- MAX VINDAS. Análise de Caseara. Seplan/TO: s/d.
- MAX VINDAS. Productos Turísticos de Tocantins (Pólos do Jalapão y Cantão). Seplan/TO: s/d.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE / IBAMA. Roteiro Para Elaboração de Plano de Uso Público para Unidades de Conservação da Natureza de Proteção Integral. Brasília: IBAMA/GTZ, 2001.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília: s/d.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. EMBRATUR. Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo. Brasília: 2001.
- MOREIRA, A.G & SCHWARTZMAN. As mudanças climáticas globais e os ecossistemas brasileiros. Editora Brasília-DF, 2000
- MRS ESTUDOS AMBIENTAIS. Plano de Gestão da Área de Proteção Ambiental - APA - Ilha do Bananal. Cantão - TO. Vol. I, Diagnóstico, Vol. II, Zoneamento ambiental, Vol. 3, Programas ambientais. Brasília: 2000.
- OLIVEIRA, F.C. Capacidade de carga nas cidades históricas. Campinas/SP: Papirus, 2003. p.15-34.
- PAULO DOS SANTOS PIRES. Artigos. Turismo e meio ambiente: A Capacidade de Carga Turística.
- PAULO DOS SANTOS PIRES. Artigos. Turismo e meio ambiente: A Capacidade de Carga Turística.
- REZENDE, D. Seqüestro de carbono: uma experiência concreta; estudos iniciais do Projeto de seqüestro de carbono da Ilha do Bananal e seu entorno. Goiânia s/d.
- REZENDE, D. & MERLIN, S. Carbono Social – Agregando valores do desenvolvimento sustentável. Instituto Ecológica. Brasília, DF. 2003
- RUSCHMANN, DORIS VAN de M. Turismo e planejamento sustentável. Editora Papirus. Campinas-SP. 1997.
- SARACURA, V. Plano de Manejo, Parque Nacional do Araguaia – TO: resumo executivo. Brasília: 2000.
- SEPLAN SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS. Plano de Manejo do Parque Estadual do Cantão. Palmas: 2001.
- TANGARÁ, SERVIÇOS EM MEIO AMBIENTE. Avaliação ecológica rápida, Parque Estadual do Cantão. Rio de Janeiro: 2000.



ANEXOS
PROJETOS BÁSICOS DE INFRAESTRUTURA